

ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO PARA UMA ECONOMIA DE BASE FLORESTAL



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA



SUMÁRIO EXECUTIVO

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Marina Silva

Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro
Garo Joseph Batmanian

Diretor de Fomento Florestal
André Rodrigues de Aquino

Coordenador Geral de Fomento Florestal
Fernando Castanheira Neto

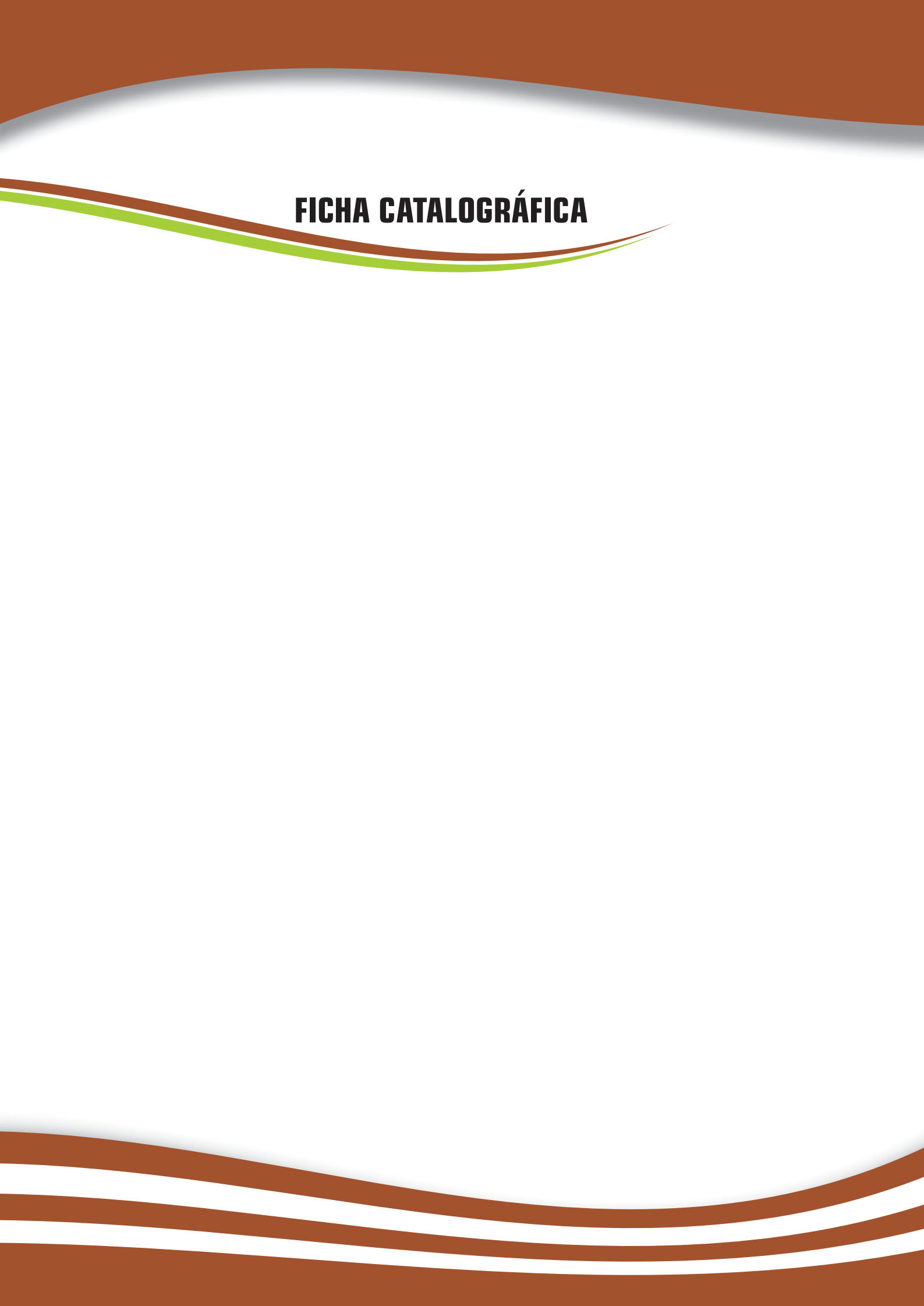
Coordenador do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
Luiz Augusto Mesquita de Azevedo

Universidade Federal do Oeste do Pará
Aldenize Ruela Xavier (Reitora)

Projeto Saracá-Taquera
Coordenação Geral
Franciclei Burlamaque Maciel
Izaura Cristina Nunes Pereira Costa

Equipe
Márcia Janete da Cunha Costa (Docente)
Ênio Erasmo de Oliveira Ramalho (Docente)
Jonatas Farias Tavares (Discente)
Karem Cristine dos Santos Lopes (Discente)
Marcela Sabrina Pio Nunes (Discente)

Organizadores
Franciclei Burlamaque Maciel
Izaura Cristina Nunes Pereira Costa
Márcia Janete da Cunha Costa
Ênio Erasmo de Oliveira Ramalho



FICHA CATALOGRÁFICA

Apresentação



Considera-se uma necessidade premente:

“Conservar as florestas públicas, promover a produção sustentável, estimular o desenvolvimento econômico regional e melhorar a qualidade de vida das populações que vivem no entorno dessas áreas são os principais objetivos da política de concessões florestais, regida pela Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei II.284/2006).

Para lidar com esse enorme desafio, o Serviço Florestal Brasileiro, que é um órgão do Ministério de Meio Ambiente e Mudança de Clima (MMA), criou estratégias para dar suporte à execução de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) com base em sustentabilidade. Com esse propósito, foram implementadas ações para assessorar, capacitar e instrumentalizar Prefeituras e Conselhos Municipais de Meio Ambiente dos Municípios de Faro, Oriximiná e Terra Santa, estado do Pará, no uso de recursos das concessões florestais na Floresta Nacional de Saracá-Taquera.

Os recursos da concessão florestal são ancorados na Lei nº II.284/2006, conhecida como “Lei de Gestão de Florestas Públicas”. O documento intitulado Estratégia Integrada para uma Economia de Base Florestal Sustentável Comunitária, foi pensado para contribuir com o “uso sustentável” dos recursos florestais. Esse documento foi construído a partir da realidade vivenciada durante a execução do projeto intitulado “Gestão de Florestas na Flona Saracá-Taquera nos Municípios de Faro, Oriximiná e Terra Santa, no estado do Pará”, que resultou da parceria entre a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

A cooperação técnica da Ufopa é essencial quando a questão é contribuir de forma estratégica para gerar conhecimento e para subsidiar ações práticas em processos de tomada de decisão e de valorização da floresta (UFOPA - PDI 2019-2023). Quando o assunto é a Amazônia, todo esforço é relevante para contribuir com a valorização da floresta. Tal fato pressupõe o estabelecimento de um canal de diálogo direto entre o poder público municipal e os sujeitos em comunidades situadas nas áreas de florestas. Nesse ínterim, a UFOPA colocou-se como mediadora do processo e propôs o presente documento em parceria com o SFB para corroborar com ações voltadas para a promoção do uso econômico e sustentável de recursos da floresta.

Coordenação Geral - Projeto Saracá-Taquera
Franciclei Burlamaque Maciel
Izaura Cristina Nunes Pereira Costa

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Localização do município de Faro em relação à Flona Saracá-Taquera.....	17
Figura 02 - Localização das comunidades no município de Faro.....	18
Figura 03 - Localização do município de Terra Santa em relação à Flona Saracá-Taquera.....	19
Figura 04 - Localização das comunidades do município de Terra Santa em relação à Flona Saracá-Taquera.....	20
Figura 05 - Localização do município de Oriximiná no em relação à Flona Saracá-Taquera.....	21
Figura 06 - Comunidades da área de influência da Flona Saracá-Taquera em Oriximiná – PA.....	22
Figura 07 - PIB, a preços correntes, do Município de Faro.....	23
Figura 08 - PIB, a preços correntes, do Município de Terra Santa.....	24
Figura 09 - PIB, a preços correntes, do Município de Oriximiná	25
Figura 10 - Eixos da Estratégia Integradora de Desenvolvimento para a Economia de Base Florestal para o período de 2024 – 2027, nos municípios de Faro, Oriximiná e Terra Santa – PA	27

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Síntese dos valores arrecadados, repassados e remanescentes, referentes à produção florestal, município de Faro -	12
Quadro 02 - Síntese dos valores depositados, repassados e remanescentes referentes ao Indicador Social, município de Faro - PA.....	13
Quadro 03 - Total de valores arrecadados pela concessão florestal por modalidade em Terra Santa (PA) no ano de 2023.....	13
Quadro 04 - Valores totais arrecadados por tipo de recurso para o município de Terra Santa até 2023.....	14
Quadro 05 - Valores arrecadados referentes aos recursos da Produção Florestal e do Indicador Social para o município de Oriximiná - PA.....	15
Quadro 06 - Valores disponíveis e repasses realizados do Recurso da Produção Florestal ao município de Oriximiná – PA	15
Quadro 07 - Valores disponíveis e repasses realizados do Indicador Social ao município de Oriximiná – PA	15
Quadro 08 - Valor montante repassado e remanescentes destinados ao município de Oriximiná – PA	16
Quadro 09 - Comunidades no município de Faro – PA	18
Quadro 10 - Comunidades no município de Terra Santa – PA	20
Quadro 11 - Comunidades da área de influência da Flona Saracá-Taquera em Oriximiná - PA.....	22
Quadro 12 - Potencialidades e limitações das dimensões da concessão florestal dos municípios de Faro, Terra Santa e Oriximiná – PA.....	26
Quadro 13 - Eixo 1 da matriz estratégica para os municípios de Faro, Terra Santa e Oriximiná – PA	28
Quadro 14 - Eixo 2 da matriz estratégica para os municípios de Faro, Terra Santa e Oriximiná – PA	29
Quadro 15 - Eixo 3 da matriz estratégica para os municípios de Faro, Terra Santa e Oriximiná – PA	30
Quadro 16 - Eixo 4 da matriz estratégica para os municípios de Faro, Terra Santa e Oriximiná – PA	31
Quadro 17 - Eixo 5 da matriz estratégica para os municípios de Faro, Terra Santa e Oriximiná – PA	32
Quadro 18 - Campos de ação para o desenvolvimento e fortalecimento de uma economia de base florestal	33
Quadro 19 - Proposta de novas ações para o fortalecimento da economia de base florestal do município de Faro	34
Quadro 20 - Proposta de novas ações para o fortalecimento da economia de base florestal do município de Terra Santa	34
Quadro 21 - Proposta de novas ações para o fortalecimento da economia de base florestal do município de Oriximiná	35
Quadro 22 - Temas de interesse para o fortalecimento da economia de base florestal dos municípios do entorno da Flona Saracá-Taquera.....	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACOMTAGS	Associação das Comunidades das Glebas Trombetas e Sapucaá
CMMA	Conselho Municipal de Meio Ambiente
COMDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
CONSEMMA	Conselho Municipal de Meio Ambiente
EIDEFLOR	Estratégia Integrada de Desenvolvimento para a economia de base florestal
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas
FLONA	Floresta Nacional
FNDF	Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
FNST	Floresta Nacional Saracá-Taquera
GFFST	Gestão de Florestas na Flona de Saracá-Taquera
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
LGFP	Lei de Gestão de Florestas Públicas
MMA	Ministério de Meio Ambiente e Mudança de Clima
PA	Pará
PAAR	Plano Anual de Aplicação de Recursos
PGFFSC	Projeto Gestão de Florestas na Flona Saracá-Taquera
PIB	Produto Interno Bruto
PLANBIO	Plano de Bioeconomia do Estado do Pará
SAF	Implantação de Sistemas Agroflorestais Familiar
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Mineração
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
VA	Valor Adicionado

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. DESENVOLVIMENTO FLORESTAL SUSTENTÁVEL	10
3. O CONTEXTO DA CONCESSÃO FLORESTAL NA FLORESTA NACIONAL SARACÁ-TAQUERA.....	12
3.1 A concessão florestal no município de Faro	12
3.2 A concessão florestal no município de Terra Santa.....	13
3.3 A concessão florestal no município de Oriximiná	15
4. ASPECTOS GERAIS SOCIO-TERRITORIAIS MUNICIPAIS.....	17
4.1 Faro.....	17
4.2 Terra Santa.....	19
4.3 Oriximiná.....	21
5. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS.....	23
5.1 Faro.....	23
5.2 Terra Santa.....	24
5.3 Oriximiná.....	25
6. EIXOS TEMÁTICOS: POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DA CONCESSÃO FLORESTAL.....	26
7. MATRIZ DE OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS.....	27
8. CAMPOS DE AÇÃO E PROPOSTAS PARA NOVAS AÇÕES.....	33
8.1 Proposta de novas ações para os territórios da Flona Saracá-Taquera.....	34
8.2 Temas de interesse nos territórios da Flona Saracá-Taquera.....	36
9. GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO.....	38
REFERÊNCIAS.....	39

1. Introdução

Do ponto de vista social e político, a globalização aponta para um sistema mundial que possibilita diversas interpretações do atual desenvolvimento socioeconômico e ambiental, o qual surge do uso de diferentes tecnologias responsáveis pelo aparecimento de novos processos sociais. Nesse contexto, a concessão florestal é entendida como direito que o Estado concede a empresas privadas para a prática do manejo florestal sustentável para exploração de produtos e serviços em unidades de manejo, mediante licitação. Essas empresas geram impacto socioeconômico e ambiental em comunidades localizadas no entorno de florestas públicas onde operam, a exemplo daquelas que atuam na Floresta Nacional Saracá-Taquera, estado do Pará. Tal fato justifica a necessidade de planejar e gerir adequadamente o modelo das concessões florestais, o que leva ao entendimento de que essas concessões não geram apenas emprego e renda para a população local, mas oportunidades para o povo da floresta ao utilizarem os recursos financeiros para o desenvolvimento sustentável local.

Dentro dessa concepção, ressalta-se a importância de priorizar ações de planejamento com base no debate entre instituições envolvidas no processo de uso de recursos da concessão florestal. Essas ações são importantes para favorecer as organizações sociais a partir do uso desses recursos em prol das comunidades. No caso do uso de florestas no entorno da Floresta (FLONA) de Saracá-Taquera, nos municípios de Faro, Terra Santa e Oriximiná, espera-se que as proposições sugeridas no presente documento intitulado “Estratégia Integrada de Desenvolvimento para uma Economia de Base Florestal para 2024 a 2027”, possam contribuir com a criação e o fortalecimento de empreendimentos sociais, ampliando a inclusão socioprodutiva de populações.

A elaboração dessa Estratégia Integrada de desenvolvimento ocorreu por meio de pesquisa *in loco* com foco no levantamento de informações nos anos de 2022 e 2023 referentes às comunidades e ao uso dos recursos da concessão florestal pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente e da Secretaria de Meio Ambiente no município de Faro, Terra Santa e Oriximiná - PA. Além da pesquisa bibliográfica e documental, foram realizadas entrevistas com comunitários e empresários locais, oficinas participativas, reuniões técnicas e visitas às comunidades.

A Estratégia Integrada de desenvolvimento está dividida em sessões, incluindo apresentação, introdução e capítulos. O segundo capítulo apresenta uma revisão da literatura sobre Desenvolvimento Florestal Sustentável e discorre sobre as categorias analíticas centrais que permearam a concepção da Estratégia Integrada de desenvolvimento, com destaque para o conceito de Bioeconomia. O terceiro capítulo apresenta o contexto da concessão florestal na Floresta Nacional Saracá-Taquera com a apresentação de um breve histórico, referente ao uso de recursos financeiros, com destaque para o plano e a execução do uso dos recursos da produção florestal e do indicador social por município. O quarto capítulo, apresenta os aspectos gerais socioterritoriais dos municípios de Faro, Terra Santa e Oriximiná. O quinto capítulo, apresenta os aspectos socioeconômicos desses municípios. O sexto capítulo, apresenta os Eixos Temáticos: Potencialidades e Limitações da Concessão Florestal com base em cinco dimensões e no que é viável (ou não) no âmbito da concessão de florestas públicas, a partir das particularidades e vivências observadas nesses três municípios. O sétimo capítulo, apresenta a matriz de objetivos, ações e estratégias.

O oitavo capítulo, apresenta proposta de projetos e temas de interesse para os territórios da Flona Saracá-Taquera. Os resultados apresentados são frutos de experiências construídas coletivamente com os sujeitos dos territórios e, por isso, refletem suas realidades. Inicialmente, é apresentada a proposta de políticas públicas como respostas às demandas sociais. Na sequência, sugere-se a continuidade do projeto de extensão através de ações pontuais para fortalecer as atividades produtivas de base florestal e a qualidade de vida nos territórios. Por último, o capítulo apresenta sugestões para orientar o processo de gestão, acompanhar e monitorar as ações nos territórios. Por fim, acredita-se que a sustentabilidade da floresta por meio de modelos como o da concessão florestal pode proporcionar ao povo amazônida um ambiente favorável às tecnologias e às inovações sociais em função das características de cada região (local). Assim, esse processo deve ampliar as discussões e as ações voltadas à Bioeconomia na Amazônia, através da sustentabilidade local e regional, principalmente no que se refere aos mecanismos de mercado, às tecnologias e às políticas locais que envolvem as atividades econômicas dessas comunidades.

2. Desenvolvimento Florestal Sustentável

Conciliar temas do século XXI como produção com base em processos sustentáveis e conservação da floresta, é uma necessidade premente, principalmente na Amazônia. Tal questão justifica pensar sobre dois movimentos: valorização das vocações e das potencialidades dessa região. A Amazônia brasileira abriga inúmeras comunidades tradicionais e grupos sociais em territórios complexos, com diferentes dinâmicas socioambientais, o que impõe refletir de forma integrada sobre esse território e o uso sustentável dos recursos da concessão florestal.

A gestão de florestas públicas para sua produção sustentável foi expressa na Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, conhecida como: Lei de Gestão de Florestas Públicas (LGFP), a qual fundamenta as condicionantes dessa gestão (BRASIL, 2006). A concessão florestal corresponde ao direito concedido a uma empresa, associação comunitária ou cooperativa para usar os recursos da floresta por um determinado período com base em práticas de manejo. A LGFP é um instrumento de gestão e de ordenamento econômico, voltado ao uso de recursos florestais, o qual pode promover benefícios sociais, econômicos e ambientais para todos aqueles que vivem nos territórios nos arredores das áreas de concessões florestais.

Esse cenário é relevante para pensar o chamado desenvolvimento com sustentabilidade, o que impõe pensar em alternativas focadas na inclusão social e nas melhorias de atividades produtivas, através da conservação de recursos naturais (SACHS, 2008). Trabalhar com o conceito de sustentabilidade impõe o desafio de repensar práticas voltadas para a questão florestal, além de ser um imperativo para mediar situações de conflitos sociais e políticos marcantes e muitas vezes históricos em territórios amazônicos. O desenvolvimento aqui exposto aponta para a melhoria da qualidade de vida em diferentes dimensões, tais como sociais, culturais, ambientais, políticas e econômicas (SACHS, 2008). Isso pressupõe, entre outros aspectos, melhorias nas bases econômicas dos territórios, através do trabalho digno e da ampliação do número dos postos de trabalho, de forma a reduzir a pobreza e fomentar a inclusão social, conservando os recursos florestais sem depreciar a força de trabalho humano. Portanto, o desenvolvimento desejável, impõe equilíbrio entre diferentes dimensões no longo prazo (MACIEL, 2018). Observa-se que a categoria “desenvolvimento” deve ser entendida como fruto do envolvimento de diferentes sujeitos nos processos decisórios e participativos, para promover transformações socioambientais e econômicas sustentáveis (MACIEL, 2018). Pensar nesse envolvimento significa que o sujeito é produto de uma combinação de fatores, sejam de natureza física, econômica, social, política ou simbólica no território (ALBAGLI, 2004). Pensar o território da perspectiva do chamado envolvimento, implica na distribuição espacial de recursos, de populações e de atividades econômicas (SACHS, 2008). Essa combinação de fatores aponta para o território onde ocorre o processo do chamado “desenvolvimento”. Desse modo, o território é percebido como construção social dos sujeitos que nele habitam. Pensar o desenvolvimento para a Amazônia, mais especificamente para os territórios de Faro, Terra Santa e Oriximiná no entorno da FNST, é importante pelo uso sustentável de seus recursos naturais, conforme preconiza a Lei nº 11.284/2006.

A complexidade desse cenário aponta para diferentes tipos de relação nos territórios em questão, as quais manifestam-se nas estruturas organizacionais, como cooperativas e associações entre outros grupos organizados que labutam por melhorias sociais e econômicas e que trabalham com atividades produtivas, conservando da floresta. No entanto, não é raro identificar interesses que provocam conflitos de natureza político partidária e interesses unilaterais. Os habitantes de áreas rurais são os mais afetados pela baixa participação em processos decisórios e pela vulnerabilidade socioeconômica, fato que, muitas vezes, decorre de questões conflituosas ou mesmo de ausência de políticas públicas. Nesse cenário, é primordial compreender os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade. Valorizar as especificidades e as potencialidades locais com ênfase na participação,

no reconhecimento dos diferentes sujeitos e no respeito aos interesses e aos anseios dos sujeitos locais (FLORES, 2011), é uma necessidade. Sachs (2008, p. 18) defende “[...] um estilo de desenvolvimento que, [...] insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais [...]” e, não menos importante, “[...] as necessidades imediatas como também aquelas de longo prazo”.

Nesse sentido, a intenção da Estratégia Integrada de Desenvolvimento para os municípios de Faro, Terra Santa e Oriximiná, é contribuir com o processo de sustentabilidade, através da participação dos sujeitos locais nos mais diferentes processos econômicos. Por outro lado, as dinâmicas de desenvolvimento muitas vezes surgem de políticas públicas, fato que impõe pensar sobre a relevância da sustentabilidade política, levando-se em consideração o grau de autonomia e o poder de inclusão dos sujeitos (FLORES, 2011). Outrossim, o acesso à tomada de decisão em processos de planejamento, aplicado a um determinado território, caracteriza-se como questão de sustentabilidade social, na medida que tais decisões contribuem para a preservação da cultura dos sujeitos locais e para a ampliação de potencialidades para gerar melhorias sociais e econômicas.

As proposições da Estratégia Integrada de Desenvolvimento podem contribuir com melhorias, ao serem fomentadas pelo apoio de matrizes a partir de objetivos e de estratégias com base na adoção de eixos, como o de fortalecimento das atividades de base florestal, estruturação da cadeia produtiva de produtos da floresta, capacitação, organização social e governança, implementação de infraestrutura e de serviços e valorização do potencial bioeconômico. Esses eixos são ações alternativas para colocar os sujeitos locais no centro das decisões de forma ativa e participativa para contribuir com o desenvolvimento no território onde vivem e convivem.

A Estratégia Integrada de Desenvolvimento, por si só não é suficiente para promover melhorias socioeconômicas, ao contrário, requer apoio de políticas públicas de planejamento como instrumentos relevantes para o processo de desenvolvimento nos territórios. O papel das instituições nesse processo é fundamental, para colocar em prática uma série de ações e de relações sobre valores, crenças, organizações e “capital social”, a exemplo do envolvimento de redes de normas, de confiança, de cultura, entre outros (FLORES, 2011). Todo esse cenário demanda mecanismos de governança ou mesmo institucionais que contribuam com a sustentabilidade do território.

O desenvolvimento florestal sustentável pensado para a Estratégia Integrada de Desenvolvimento, implica a existência da gestão participativa e descentralizada em processos decisórios, além da maior participação de sujeitos locais, como no caso dos territórios no entorno da Flona Saracá-Taquera. Essa Flona é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas, que oferece recursos florestais sustentáveis de uso múltiplo (SFB, s.d), fato que justifica a valorização do manejo sustentável de seus recursos naturais como alternativa para o desenvolvimento ancorado na atividade de bioeconomia. Embora o conceito da bioeconomia ainda esteja em construção, existe uma forte relação com a valorização da floresta (WRI BRASIL, 2023), que se alinha com o paradigma produtivo e reprodutivo (jeito de fazer). Esse paradigma não tem foco apenas no produto em si (cumarú, andiroba, tucumã entre outros), mas em todos os elos da cadeia de produção.

Para Nobre (2023), o respeito às dimensões éticas, sociais e ambientais, assim como à biodiversidade nos territórios, deve ser prioridade no fomento de atividades da bioeconomia, de forma a gerar maior capilaridade através da valorização dos recursos naturais e do reconhecimento da cultura dos povos originários e tradicionais (PLANBIO, 2023). Incentivar a sustentabilidade, requer valorização da produção de baixo carbono para gerar novos postos de trabalhos nessas localidades. A implementação de matrizes com objetivos e estratégias definidos, com base em produtos da floresta ou na restauração da sua vegetação, pode demandar intensa mão de obra, porquanto associa alternativas locais “[...] com adaptação de inovações tecnológicas eficientes sem extrapolar a biocapacidade da floresta” (NOBRE et al, 2023, p.26). A implementação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento pode contribuir com a transformação de produtos primários e com sua inserção nos mercados, embora conservando a floresta e valorizando a vida humana.

3. O contexto da concessão florestal na Floresta Nacional Saracá-Taquera

A Floresta Nacional (FLONA) de Saracá-Taquera, situada a noroeste do estado do Pará, possui 441.152 hectares. Localiza-se entre os municípios de Terra Santa, Oriximiná e Faro, na fronteira com o estado do Amazonas. Criada em dezembro de 1989, a Flona fica adjacente à Reserva Biológica do Rio Trombetas. O acesso principal a ela é feito pelo município de Porto Trombetas, na margem esquerda do Rio Trombetas e pelos municípios de Faro e Terra Santa, através do Rio Nhamundá. A FLONA de Saracá-Taquera é marcada por um significativo potencial de recursos naturais renováveis (madeira, castanha-do-pará e outros produtos não madeireiros) e de minérios, como a bauxita.

Em 2009, uma área de 48,8 mil hectares da Flona foi licitada por meio de leilão para concessão florestal, no qual as empresas vencedoras foram, Ebata - Produtos Florestais Ltda, que manejará uma área de 30 mil hectares -, e Golf Indústria e Comércio de Madeiras Ltda, que manejará 18.794 hectares. Em 2010, o SFB elaborou a minuta de um edital para conceder mais 93 mil hectares para exploração da floresta, que foi apresentada em audiências públicas. As sugestões recolhidas foram consideradas durante a elaboração do edital publicado em 2012.

A concessão da FLONA Nacional Saracá-Taquera ocorreu em 2009, ancorada na LGFP, com o objetivo alcançar a produção sustentável. Dentre seus princípios destacam-se: o desenvolvimento de atividades para o uso eficiente das florestas em consonância com as metas do desenvolvimento sustentável local; o respeito às comunidades locais, em relação ao acesso às florestas públicas e aos benefícios decorrentes de seu uso e conservação e, ainda, o incentivo à agregação de valor aos produtos e aos serviços da floresta e à capacitação de empreendedores locais. A LGFP gerou novas perspectivas para o setor florestal brasileiro, com a criação da concessão florestal como modelo de gestão de florestas públicas para fins de produção sustentável. Assim, a concessão florestal permite o uso racional das florestas públicas brasileiras mediante o controle e o monitoramento do manejo florestal por parte do governo e da sociedade (IFT, s/d).

3.1 A concessão florestal no município de Faro

A empresa Samise Indústria Comércio e Exportação Ltda recebeu a concessão para a prática do manejo florestal sustentável no município de Faro, para explorar produtos florestais madeireiros e não madeireiros no ano de 2014. Tal concessão foi dada a partir da assinatura do contrato em março do mesmo ano, com as operações iniciadas em junho de 2015 (SFB, 2022). Os valores arrecadados (Quadro 01) provenientes de pagamentos feitos pela produção florestal somam R\$ 3.185.567,88 (Três milhões cento e oitenta e cinco mil quinhentos e sessenta e sete reais e oitenta e oito centavos); desses, R\$ 674.487,82 (Seiscentos e setenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e sete reais e oitenta e dois centavos) foram repassados; o valor remanescente é de R\$ 2.511.080,06 (Dois milhões quinhentos e onze mil oitenta reais e seis centavos).

Quadro 01 - Síntese dos valores arrecadados, repassados e remanescentes, referentes à produção florestal, município de Faro-PA*

Valor arrecadado	Valor repassado	Valor remanescente	Ano do repasse
R\$ 3.185.567,88	R\$ 674.487,82	R\$ 2.511.080,06	2018

*Valores atualizados em maio/2024.

Fonte: Valores obtidos no site do SFB. Organizado pelos autores, 2023.

Em julho de 2023, a Secretaria Municipal do Município de Faro (SEMMA) apresentou ao SFB o plano de uso de recursos para 2023, o qual foi aprovado pelo CONSEMMA e totalizou o valor de R\$ 2.251.000,00 (Dois milhões duzentos e cinquenta e um mil reais). Esse valor deve ser utilizado na aquisição de equipamentos e ferramentas para a SEMMA, em projetos de reciclagem e de educação ambiental na sede do município, na geração de renda para a agricultura familiar por meio da construção de um galpão para criação de galináceos e na implementação de renda através do projeto sustentável de destinação correta de óleo de cozinha (PGFST, 2023). O valor anual a ser investido em infraestrutura, em bens e em serviços para as comunidades (Indicador Social) foi de R\$ 775.280,32 (Setecentos e setenta e cinco mil duzentos e oitenta reais e sessenta e trinta e dois centavos), com repasse no mesmo valor, portanto, sem nenhum valor remanescente (Quadro 02).

Quadro 02 - Síntese dos valores depositados, repassados e remanescentes, referentes ao Indicador Social, município de Faro-PA*.

Valor depositado	Valor repassado	Valor remanescente	Ano do repasse
R\$ 630.571,63	R\$ 630.571,63	R\$ 144.708,69	2018 e 2023

*Valores atualizados em maio/2024.
Fonte: Valores obtidos no site do SFB/MMA. Organizado pelos autores, 2023.

Em julho de 2023, a Secretaria Municipal do Município de Faro (SEMMA) apresentou ao SFB o plano de uso de recursos para o ano de 2023 aprovado pelo CONSEMMA, o qual totalizou o valor de R\$ 484.550,03 (Quatrocentos e oitenta e quatro mil quinhentos e cinquenta reais e três centavos). Entre os anos de 2019 e 2022, a SEMMA não conseguiu executar as ações previstas nos planos de uso de recursos dos referidos anos, fato que culminou com uma solicitação feita pela SEMMA para usar os valores remanescentes, tanto dos recursos de produção florestal, quanto do Indicador Social. Ressaltamos que a dificuldade encontrada pela SEMMA para aplicar os recursos no período informado originou-se da falta de prestação de contas do município, no que tange os recursos da concessão referentes ao ano de 2018.

3.2 A concessão florestal no município de Terra Santa

Existem duas unidades de manejo florestal sob concessão no município de Terra Santa. Conforme a lei das concessões florestais (Lei de Gestão de Florestas Públicas, nº11.284/06), esse município tem direito a receber parte do recurso pago pelas empresas concessionárias pela madeira colhida, assim como Faro e Oriximiná. O total de recursos arrecadados pelo município até maio de 2023 (Quadro 03), por modalidade:

Quadro 03 - Total de valores arrecadados pela concessão florestal por modalidade em Terra Santa (PA) no ano de 2023

Recurso da produção florestal	Indicador Social	Total para o município
R\$1.601.800,03	R\$186.750,41	R\$1.788.550,44

Fonte: Valores descritos no website do Serviço Florestal Brasileiro. Organizado pelos autores, 2024.

O primeiro repasse da concessão, na modalidade produção florestal, no valor aproximado de R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais) foi recebido pelo município em 2018. Esse valor foi investido em ações de capacitação, de fortalecimento de associações comunitárias e na compra de equipamentos para uma usina de beneficiamento de produtos não madeireiros para a comunidade de Urubutinga.

Em 2019, após a aprovação da prestação de contas do ano anterior pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA) e após o seu envio ao SFB, o município recebeu mais R\$ 432.775,86 (quatrocentos e trinta e dois mil setecentos e setenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), decorrentes da produção florestal, investidos na construção da nova sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e na compra de um veículo para apoiar as ações ambientais. Em 2020, não houve envio do Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR) em decorrência das medidas de prevenção contra a COVID-19, que cessaram as atividades presenciais em todo o país. Em 2021, o valor disponível para o município a partir do valor arrecadado pelo contrato de concessão florestal, na modalidade Indicador Social foi de R\$ 100.065,23 (cem mil e sessenta e cinco reais e vinte e três centavos) destinados à aquisição de 15 kits de placas solares a serem distribuídos nas comunidades rurais, Jamari e Paraíso, segundo registro contido na Ata de nº 23 da Reunião do Conselho Deliberativo de meio ambiente do município. Para o biênio 2022/2023, o valor a ser repassado ao município é de R\$ 404.222,94 (quatrocentos e quatro mil duzentos e vinte e dois reais e noventa e quatro centavos), no que tange à produção florestal, a serem destinados à estruturação técnica (maquinário e equipamentos) da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e ao pagamento por serviços ambientais e de melhoria nas atividades produtivas e de conservação florestal, conforme definido no Plano de Aplicação de Recursos da Concessão Florestal do município, aprovado pelo CMMA, em novembro de 2022. Considerando tanto o recurso da produção florestal quanto do indicador social, ainda há montantes a serem repassados ao município. No caso, valores referentes à produção florestal; aproximadamente 52% do valor arrecadado já foi transferido à Terra Santa, e 84% do valor do indicador social (Quadro 4). Ainda há recursos a serem repassados ao município, tanto da produção florestal quanto do indicador social arrecadados até maio de 2023 (SFB/MMA, 2024)¹.

Quadro 04 - Valores totais arrecadados por tipo de recurso para o município de Terra Santa até 2023.

Tipo do recurso	Rubrica	Valores	Valor a repassar
Produção Florestal	Arrecadado	R\$ 1.601.800,03	R\$ 764.801,23
	Repasse realizado	R\$ 836.998,80	
Indicador Social	Valor depositado	R\$ 186.750,41	R\$ 30.285,90
	Repasse realizado	R\$ 156.464,51	
Valor remanescente (Produção florestal+Indicador social)			R\$ 795.087,13

Fonte: Valores descritos no website do Serviço Florestal Brasileiro. Organizado pelos autores, 2024.

Até o primeiro trimestre de 2024, o principal limitador do uso de recursos da concessão florestal em Terra Santa foi a demora na liberação de recursos pelo SFB, pois o município segue com um Conselho Municipal de Meio Ambiente ativo e propositivo, sem problemas relativos ao alcance das metas propostas e à apresentação da prestação de contas. Em 2022, o conselho aprovou a realização de chamada pública como instrumento prévio à elaboração do plano de aplicação de recursos sob assessoria técnica da UFOPA, por meio de cooperação técnica com o SFB. O plano foi implementado no início de 2023 através da aprovação de 05 projetos e aguarda a aprovação orçamentária e liberação de recursos.

[1] Fonte dos valores de repasse da concessão florestal: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/servico-florestal-brasileiro/concessao-florestal/valores-arrecadados>. Acesso em 10/03/2024.

3.3 A concessão florestal no município de Oriximiná

O valor arrecadado (Quadro 05) referente aos recursos da produção florestal para o município de Oriximiná-PA é de aproximadamente, R\$ 10,1 milhões, o que corresponde a 56% do total destinado aos 3 municípios que abrangem a Flona de Saracá-Taquera. Enquanto o valor atual, referente ao indicador social, é de aproximadamente R\$ 3,8 milhões e corresponde a 79% do valor total destinado aos municípios da Flona. (SFB, 2024).

Quadro 05 - Valores arrecadados referentes aos recursos da Produção Florestal e do Indicador Social para o município de Oriximiná-PA.

Recurso da produção florestal	Indicador Social	Total para o município
R\$ 6.289.546,23	R\$3.846.942,04	R\$10.136.488,27

Fonte: SFB/MMA, 2024. Organizado pelos autores, 2024.

O município de Oriximiná é o que mais possui valores arrecadados em comparação aos demais municípios que recebem recursos relacionados aos contratos de concessão florestal, considerando que o contrato foi assinado em agosto de 2010 e que suas operações tiveram início em setembro de 2012 (SFB, 2024). Com relação ao montante do valor (Quadro 06) destinado ao município, Oriximiná não tem conseguido recebê-lo e executá-lo. Efetivamente, o município recebeu apenas R\$ 753.242,98 (Setecentos e cinquenta e três mil duzentos e quarenta e dois reais e noventa e oito centavos). Esse total corresponde apenas a 12% do valor disponível do Recurso da Produção Florestal e foi o único valor repassado, fato ocorrido no ano de 2015 (SFB, 2024).

Quadro 06 - Valores disponíveis e repasses realizados do Recurso da Produção Florestal ao município de Oriximiná-PA

Arrecadado	Repassé realizado	Valor a repassar
R\$ 6.289.546,23	R\$ 753.242,98	R\$ 5.536.303,25

Fonte: SFB/MMA, 2024. Organizado pelos autores, 2024.

Quanto ao recurso (Quadro 07) depositado pela concessionária referente ao Indicador Social, o município também apresenta uma baixa execução em relação ao valor disponibilizado, pois até então foi executado apenas 14,7% do total depositado, o que corresponde ao valor de R\$ 565.791,57 (Quinhentos e sessenta e cinco mil setecentos e noventa e um reais e cinquenta e sete centavos), também repassado no ano de 2015 (SFB, 2024).

Quadro 07 - Valores disponíveis e repasses realizados do Indicador Social ao município de Oriximiná-PA

Valor depositado	Repassé realizado	Valor a repassar
R\$ 3.846.942,04	R\$ 565.791,57	R\$ 3.281.150,47

Fonte: SFB/MMA, 2024. Organizado pelos autores, 2024.

Desde então, o município não tem logrado êxito em efetivar os repasses do indicador social recebido; a grande dificuldade está nos intensos conflitos políticos e interesses presentes no município, acrescidos de uma instabilidade política local, que acabou ocasionando frequentes trocas de prefeitos e de secretários da SEMMA. Consequentemente, tal instabilidade acaba refletindo na composição do COMDEMA, que não consegue estabelecer consenso sobre o destino e o modo como o recurso (Quadro 08) será executado.

Quadro 08 - Valor montante repassado e remanescentes destinados ao município de Oriximiná-PA

Recurso da produção florestal+Indicador social	Repassse realizado	Valor a repassar
R\$ 10.136.488,27	R\$ 1.319.034,55	R\$ 8.817.453,72

Fonte: SFB/MMA, 2024. Organizado pelos autores, 2024.

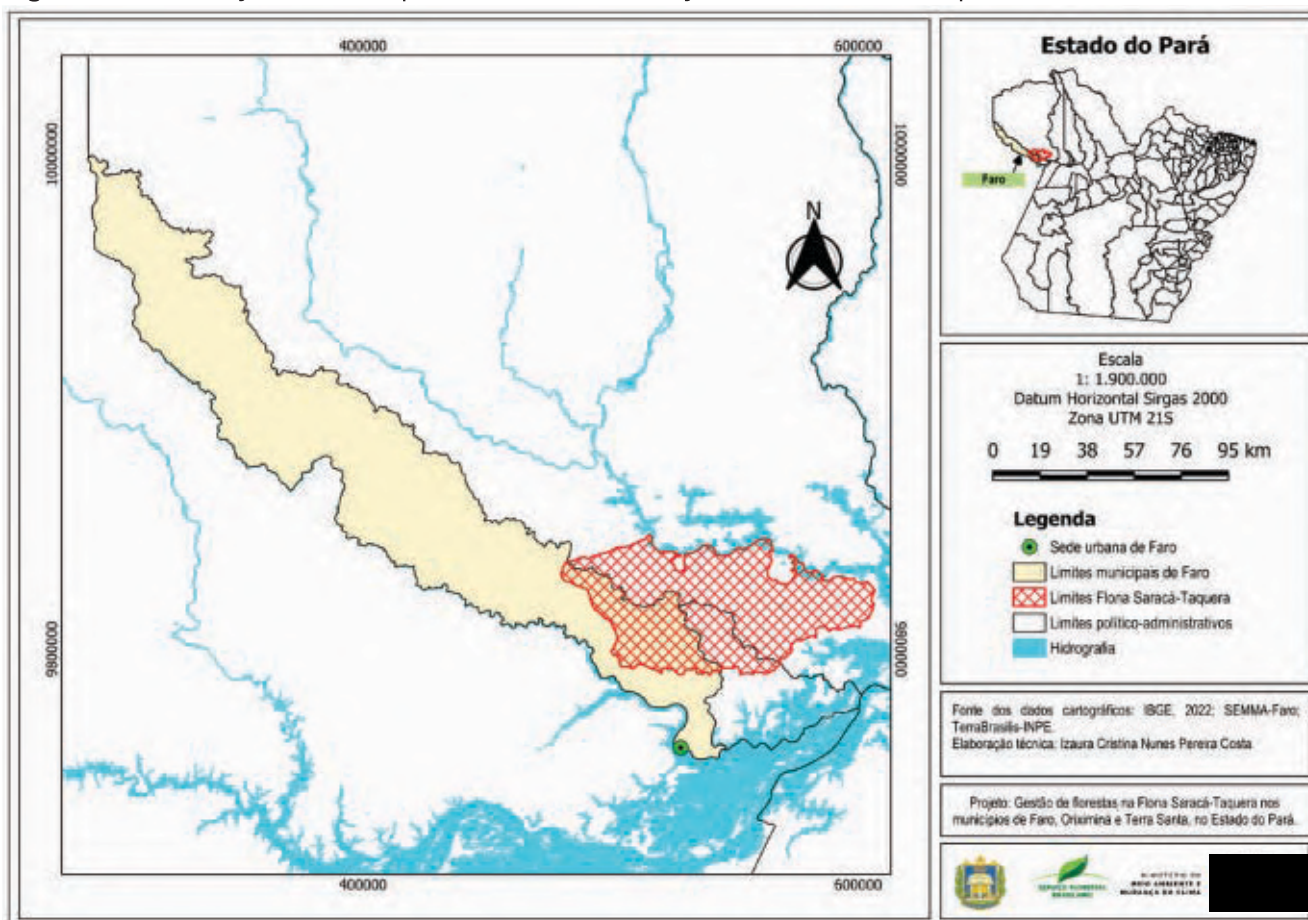
Desde o início das operações da concessão florestal no município, o COMDEMA logrou êxito em apenas 13% do montante disponível para Oriximiná, mantendo represados mais de R\$ 8,8 milhões. O município segue sem deliberações sobre o uso dos recursos da Concessão Florestal e do Indicador Social, desde o ano de 2015, quando foram realizados os últimos repasses (SFB, 2024).

4. ASPECTOS SOCIO-TERRITORIAIS MUNICIPAIS

4.1 Faro

A história do município de Faro inicia-se em 27 de dezembro de 1769 com o marco de elevação da antiga aldeia dos Jamundas à categoria de Vila, a qual passou a chamar-se Faro (IBGE, 2023). O decreto estadual, Lei nº 324, de 06 de julho de 1895, elevou a vila de Faro à categoria de cidade, a qual foi chamada Faro. Faro teve parte de seu patrimônio territorial desmembrado para a criação do município de Terra Santa em 13 de dezembro de 1991, por determinação da Lei nº 5.699 (IBGE, 2023). A relação do município em questão com a Flona de Saracá-Taquera iniciou-se em dezembro de 1989, quando foi criada e está situada no noroeste do Estado do Pará, entre os municípios de Faro, Terra Santa e Oriximiná e cobre 441.152 hectares (Figura 01).

Figura 01- Localização do município de Faro -PA em relação à Flona Saracá-Taquera



Fonte: Acervo do Projeto GFFST, 2023.

O município de Faro possui área territorial de 11.771,669 km² e está localizado na mesorregião do Baixo Amazonas, no estado do Pará. Sua população é de 8.728 pessoas, segundo o censo do IBGE, ano 2022. Possui área urbanizada de 2,18km², da qual 1,6% de seus domicílios possuem esgotamento sanitário adequado e 11,7% têm arborização (IBGE, 2023). O território municipal está dividido em

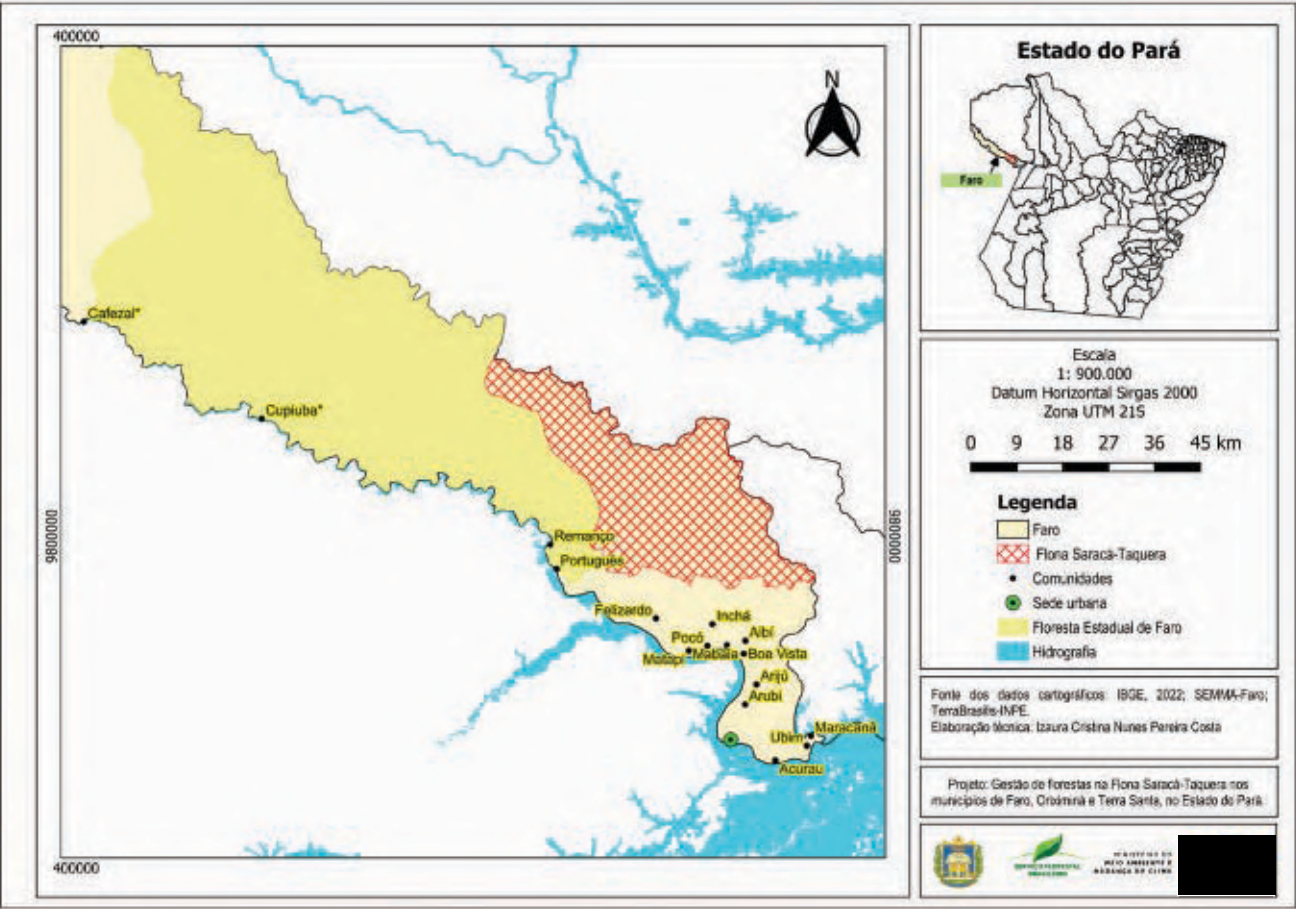
cinco macrozonas: I) Agropecuária e pesca sustentável, II) Reservas indígenas, III) Uso sustentável, IV) Distrito de Nova Maracanã e V) Urbana. A macrozona uso sustentável é constituída majoritariamente por floresta, a qual ocupa aproximadamente 13% do território municipal onde insere-se a Floresta Nacional de Saracá-Taquera (PLANO DIRETOR, 2017). O município de Faro possui 15 comunidades (Figura 02), 13 (treze) delas estão situadas no entorno da Flona Saracá-Taquera (Quadro 09).

Quadro 09 - Comunidades no município de Faro-PA

Nº	Comunidades	Nº	Comunidades
01	Aibi	08	Inchá
02	Aibi 2	09	Mabaia
03	Arijú	10	Maracanã
04	Arubi	11	Matapi
05	Acuau	12	Pocó
06	Boa vista	13	Ubim
07	Felizardo	--	--

Fonte: Acervo do Projeto GFFST, 2022.

Figura 02 - Localização das comunidades no município de Faro -Pa



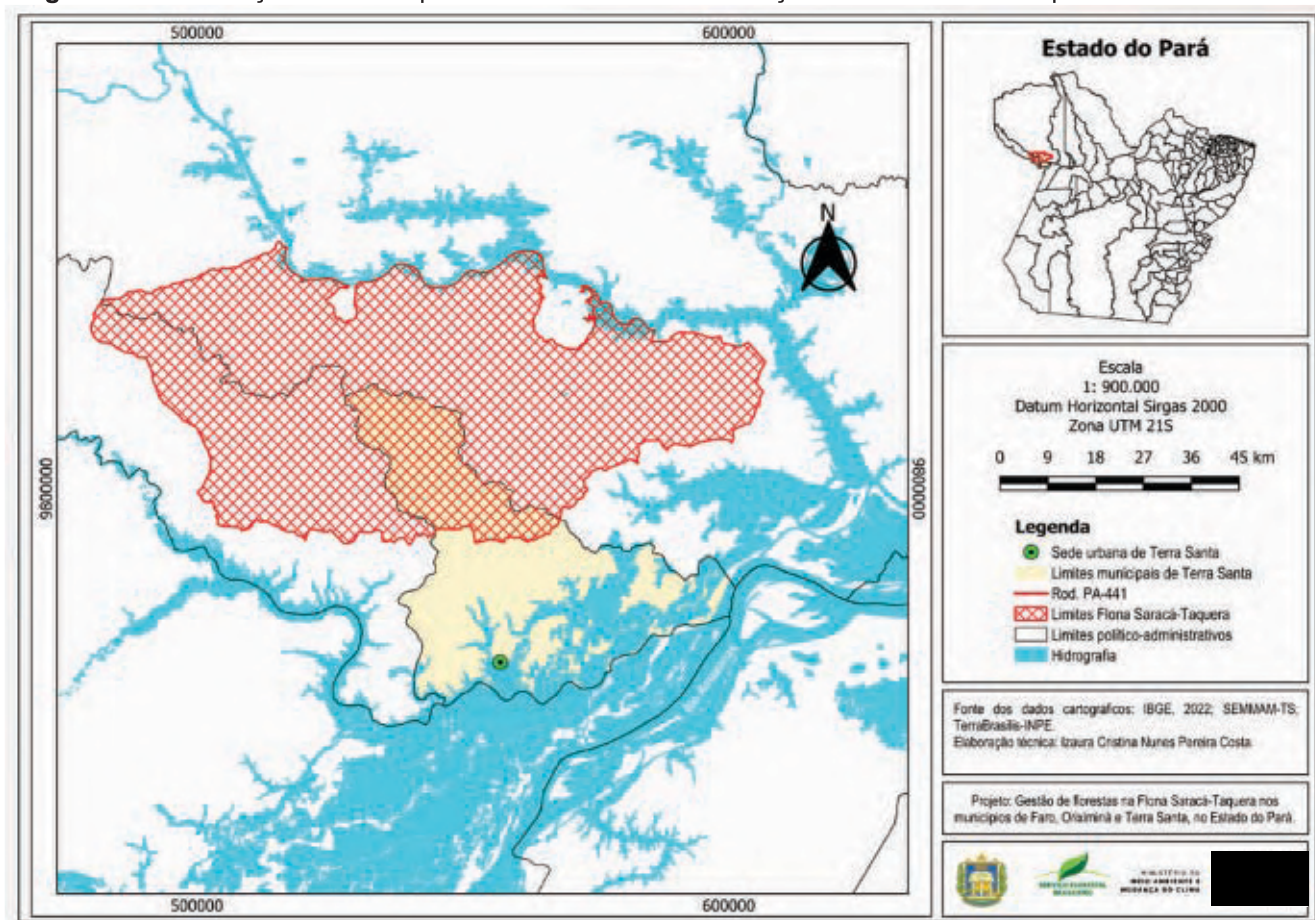
Fonte: Acervo do projeto de GFFST, 2024.

De acordo com Santos (2022), a cidade de Faro desenvolveu-se pouco nas últimas décadas por falta de investimento público, bem como de incentivo e de apoio do poder público. O município conta com 20 escolas de ensino fundamental e 1 de ensino médio. A taxa de escolarização de alunos na faixa etária de 6 a 14 anos em Faro é de 97,9%. Esse número equivale a 1.711 de pessoas matriculadas no ensino fundamental e a 427 pessoas matriculadas no ensino médio (IBGE, 2021). As funções urbanísticas, incluem o lazer, como as quadrilhas juninas de Faro que, de acordo com Dantas (2018), tiveram início nos primeiros anos da década de 1990 e são compostas por jovens do centro da cidade e de comunidades próximas. Como manifestação cultural, que atrai um grande público e pela sua qualidade, as quadrilhas juninas tornaram-se um dos principais eventos do calendário cultural de Faro.

4.2 Terra Santa

O município de Terra Santa foi criado pela Lei nº 5.699, de 13 dezembro de 1991. É constituído por áreas desmembradas dos municípios de Faro e de Oriximiná e sua instalação oficial ocorreu no dia 1º de janeiro de 1993, com a posse do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos vereadores eleitos no pleito de 3 de outubro de 1992 (IBGE, 2017). Assim, trata-se de um município relativamente jovem, com apenas 31 anos de fundação e área territorial de 1.895,883 km². Apenas 0,40% dessa área é urbana, assim, trata-se de um município predominantemente rural. De acordo com o censo populacional do ano de 2023, foi de 18.782 pessoas habitam Terra Santa (IBGE, 2023). Aproximadamente 27,5% do território municipal pertence à Floresta Nacional Saracá-Taquera (Figura 03), a qual é uma unidade de proteção de uso direto criada em 1989.

Figura 03: Localização do município de Terra Santa-PA em relação à Flona Saracá-Taquera



Fonte: Acervo do Projeto GFFST, 2023.

De acordo com o Plano Diretor do Município (Lei nº 051/2006), há 21 comunidades no município (Quadro 10; Figura 04). Apenas 06 delas estão situadas no entorno da Flona Saracá-Taquera, a saber: Nascimento, Vira-volta, Redobra, Uxi, Jamary e Paraíso.

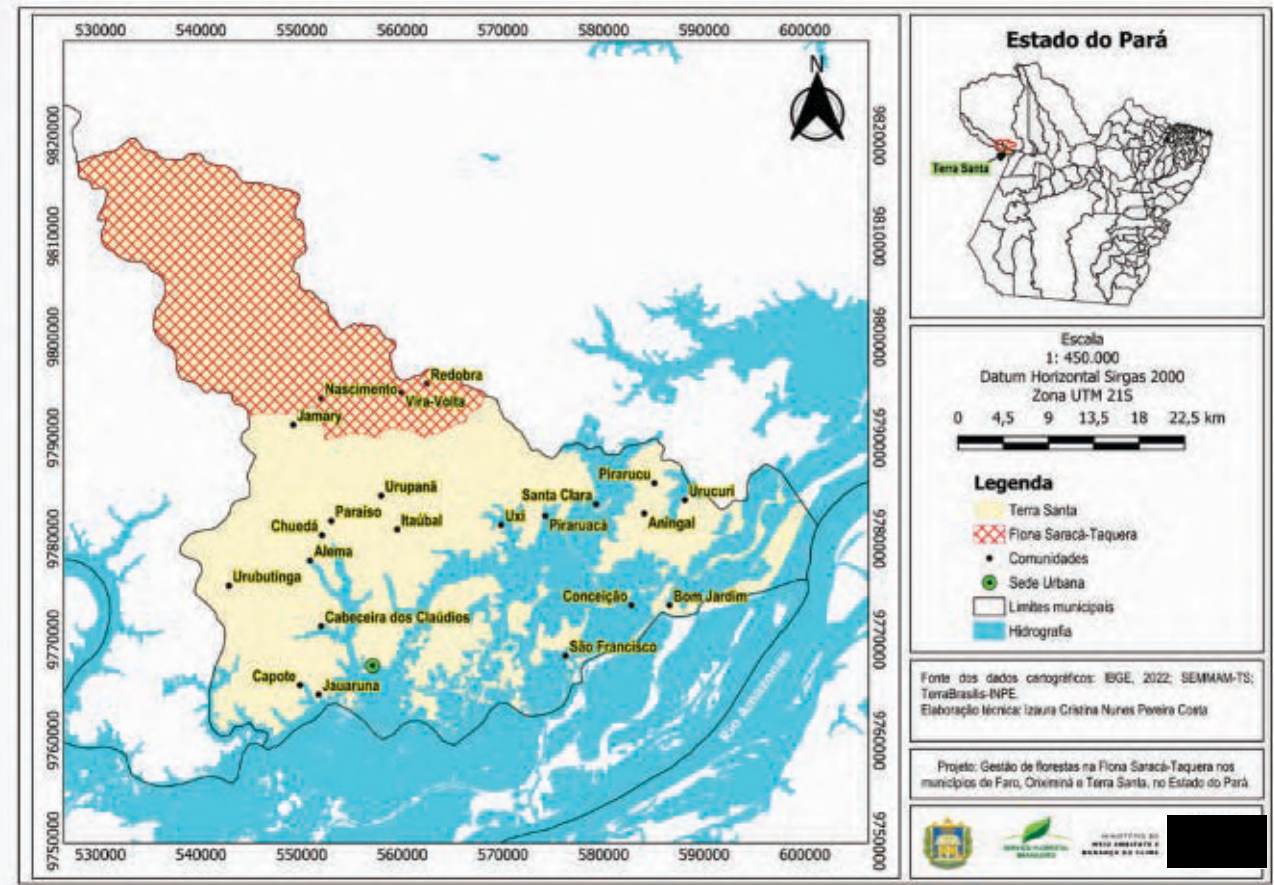
Quadro 10 - Comunidades no município de Terra Santa-PA

Nº	Comunidades	Nº	Comunidades
01	Jauaruna	12	Vira-volta
02	Capote	13	Redobra
03	Cabeceira dos Cláudios	14	Piraruacá
04	Urubutinga	15	Santa Clara
05	Alema	16	Aningal
06	Chuedá	17	Pirarucu
07	Paraíso	18	Urucuri
08	Itaubal	19	Bom Jardim
09	Urupanã	20	Conceição
10	Jamary	21	São Francisco
11	Nascimento	--	--

Fonte: Plano Diretor Municipal de Terra Santa, 2006. Organizados pelos autores, 2022.

Merece destaque o fato da comunidade Uxi não ter sido citada na referida lei. Porém, a comunidade aparece nomeada como Cabeceira do Uxi em um levantamento elaborado no ano de 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

Figura 04 - Localização das comunidades do município de Terra Santa -PA em relação à Flona Saracá-Taquera.

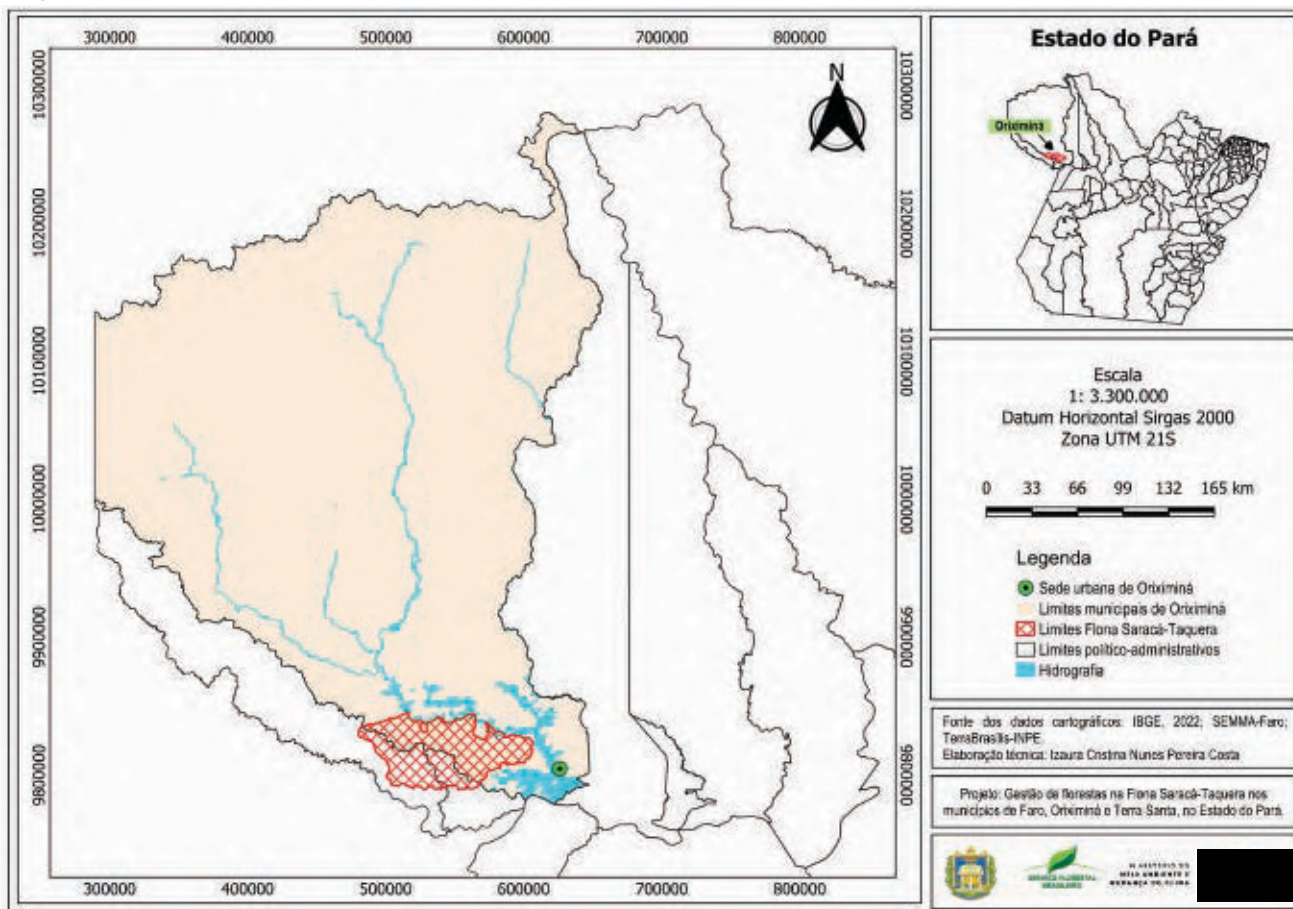


Fonte: Acervo do projeto de GFFST, 2024.

4.3 Oriximiná

O município de Oriximiná, criado pelo Decreto Estadual nº 1.442, de 24 de dezembro de 1924, surgiu da emancipação do município de Óbidos, com sede à margem esquerda do Rio Trombetas. A população residente em Oriximiná (IBGE, 2022) em 2023 era de 68.294 pessoas, distribuídas em uma área de 107.613,838km² (IBGE, 2021). O município possui área territorial de 107.614 km², o que corresponde a 34,1% da Região de Integração do Baixo Amazonas e a 8,6% da área do Estado do Pará. A figura 05 indica sua situação geográfica em relação à Flona.

Figura 05 - Localização do município de Oriximiná -PA em relação a FLONA Saracá-Taquera



Fonte: Acervo do Projeto GFFST, 2024.

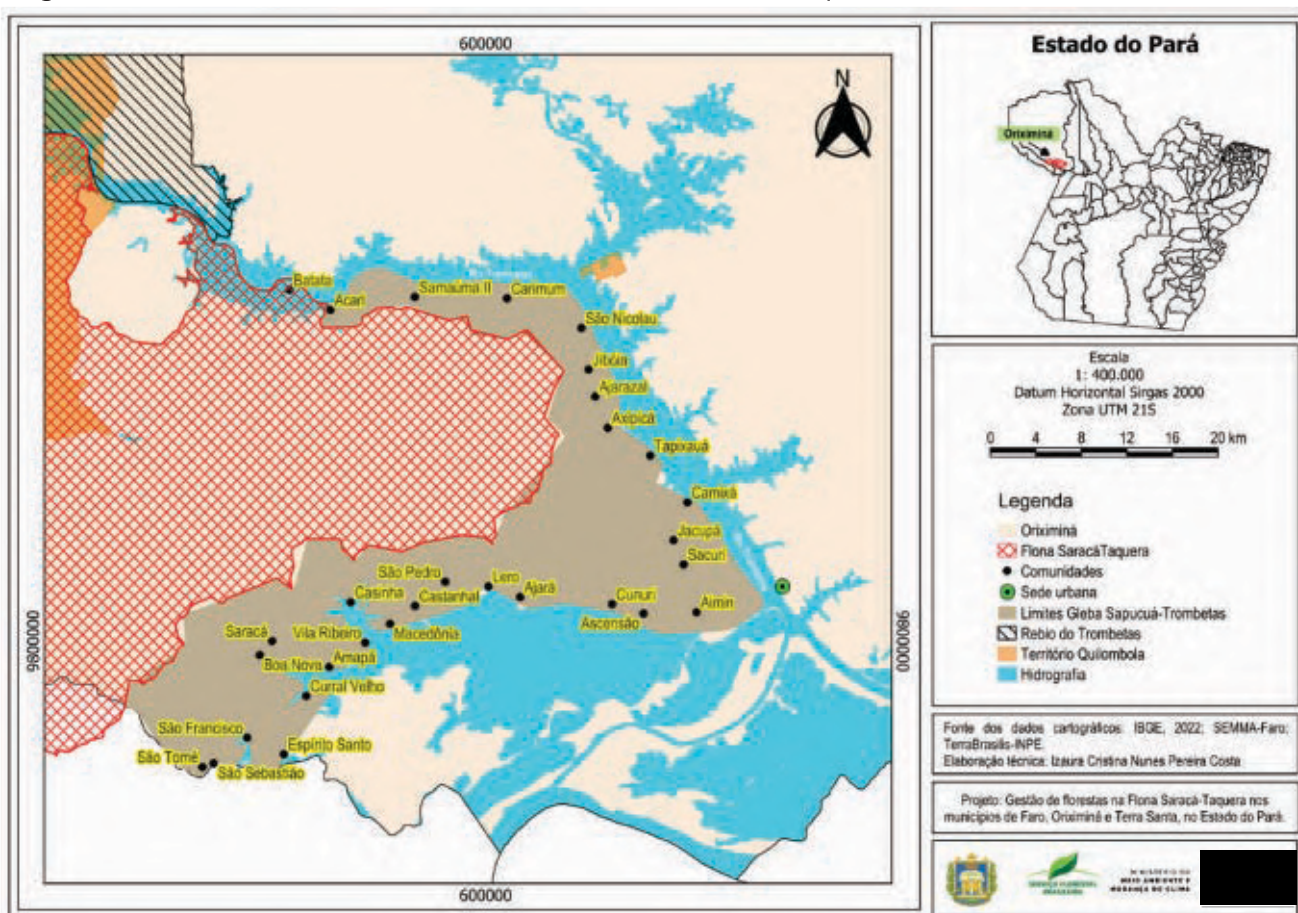
Com o levantamento de dados realizados pelo Projeto Gestão de Florestas na Flona Saracá-Taquera com o apoio de membros da Associação das Comunidades das Glebas Trombetas e Sapucá (ACOMTAGS), foi possível identificar 31 comunidades no município (Quadro II; Figura 06). Dessas, 29 estão situadas no entorno da Flona e 02 no seu interior (Samaúma I e Batata). Essas comunidades possuem aproximadamente 1.425 famílias e estão distribuídas em cinco áreas, sob ordenamento territorial local com as seguintes denominações: Maria Pixi, Sapucá I, Sapucá II, Trombetas I e Trombetas II (Figura 06).

Quadro 11 - Comunidades da área de influência da Flona Saracá-Taquera em Oriximiná-PA

Nº	Comunidades	Região	Nº	Comunidades	Região
01	Aimim	Sapucuí I	17	São Francisco	Maria Pixi
02	Ascensão	Sapucuí I	18	Espirito Santo	Maria Pixi
03	Cunuri	Sapucuí I	19	Sacuri	Trombetas I
04	Ajará	Sapucuí II	20	Jacupá	Trombetas I
05	Lero	Sapucuí II	21	Camixá	Trombetas I
06	São Pedro	Sapucuí II	22	Tapixauá	Trombetas I
07	Castanhal	Sapucuí II	23	Axipicá	Trombetas I
08	Macedônia	Sapucuí II	24	Ajarazal	Trombetas I
09	Vila Ribeiro	Sapucuí II	25	Samaúma	Trombetas I
10	Curral Velho	Sapucuí II	26	Jibóia	Trombetas I
11	Casinha	Sapucuí II	27	São Nicolau	Trombetas I
12	Amapá	Sapucuí II	28	Carimum	Trombetas II
13	Boa Nova	Sapucuí II	29	Samaúma II	Trombetas II
14	Saracá	Sapucuí II	30	Acari	Trombetas II
15	São Tomé	Maria Pixi	31	Batata	Trombetas II
16	São Sebastião	Maria Pixi	--	--	--

Fonte: ACOMTAGs, 2022.

Figura 06 - Comunidades da área de influência da Flona Saracá-Taquera em Oriximiná-PA



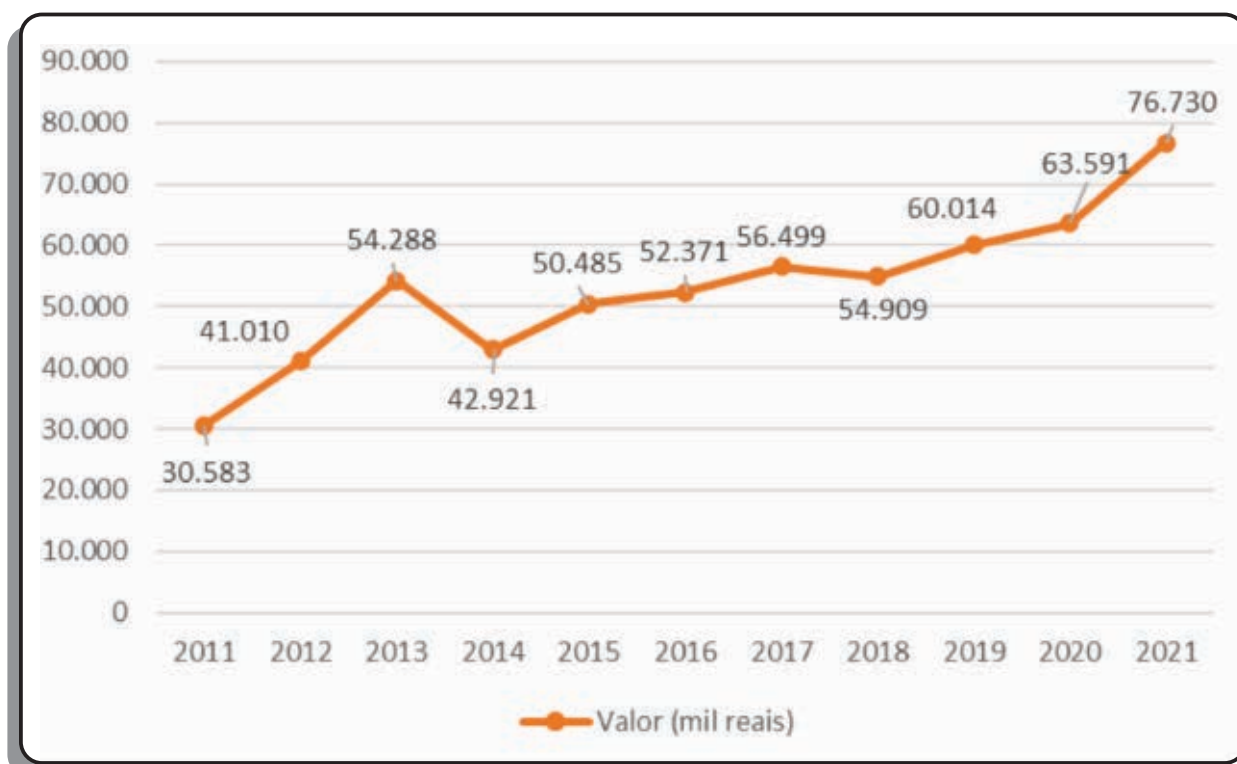
Fonte: Acervo do Projeto GFFST, 2024.

5. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS

5.1 Faro

O município de Faro ocupa a 141ª posição no conjunto dos 144 municípios no ranking do Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado correntes do estado do Pará para o ano de 2021 (FAPESPA, 2023). Com a contribuição dos diversos setores econômicos com o PIB de 2021, foi verificado que a Indústria contribuiu com R\$2.844 milhões; seguida pela Administração Pública, que deteve a parcela aproximada de R\$46.459 milhões. O setor de Serviços foi responsável por R\$17.200 milhões do PIB total de 2020. A Agropecuária adicionou R\$7.240,28 milhões a ele e os impostos responderam por R\$3.404 milhões. (FAPESPA, 2023). O município de Faro alcançou, no ano de 2021, um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$76.730 milhões; valor superior ao do ano anterior (R\$63.591 milhões). A Figura 07 evidencia que esse indicador apresenta tendência de crescimento desde 2018.

Figura 07- Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes, do Município de Faro



Fonte: IBGE (2023).

A estrutura econômica do município de Faro conta com 15 empreendimentos formais, 5 deles estão distribuídos no setor da Administração Pública e 5 no setor de Comércio. A Administração Pública é responsável pelo maior número de empregos formais: 452 vínculos empregatícios contra 13 vínculos empregatícios observados no ramo do Serviços (FAPESPA, 2021).

No âmbito da produção florestal, a extração de madeira em tora apresentou potencial produtivo no município. Em 2020, o município registrou 34.506 metros cúbicos de madeira, crescimento de 1.000% em sua produção entre 2010 e 2020, com ênfase na extração de madeira em tora e de lenha (FAPESPA, 2021). A agricultura de base familiar destaca-se pelo cultivo de mandioca, de banana, de leguminosas, pela produção de sabonete artesanal, de farinha etc. A pecuária em Faro baseia-se, principalmente, na criação de bovinos e de galináceos, a qual tem grande potencial produtivo no município, segundo dados do IBGE para o ano de 2020. Faro alcançou o efetivo de 3.040 cabeças de gado, o que corresponde ao crescimento de 426%, entre 2010 e 2020. (FAPESPA, 2021).

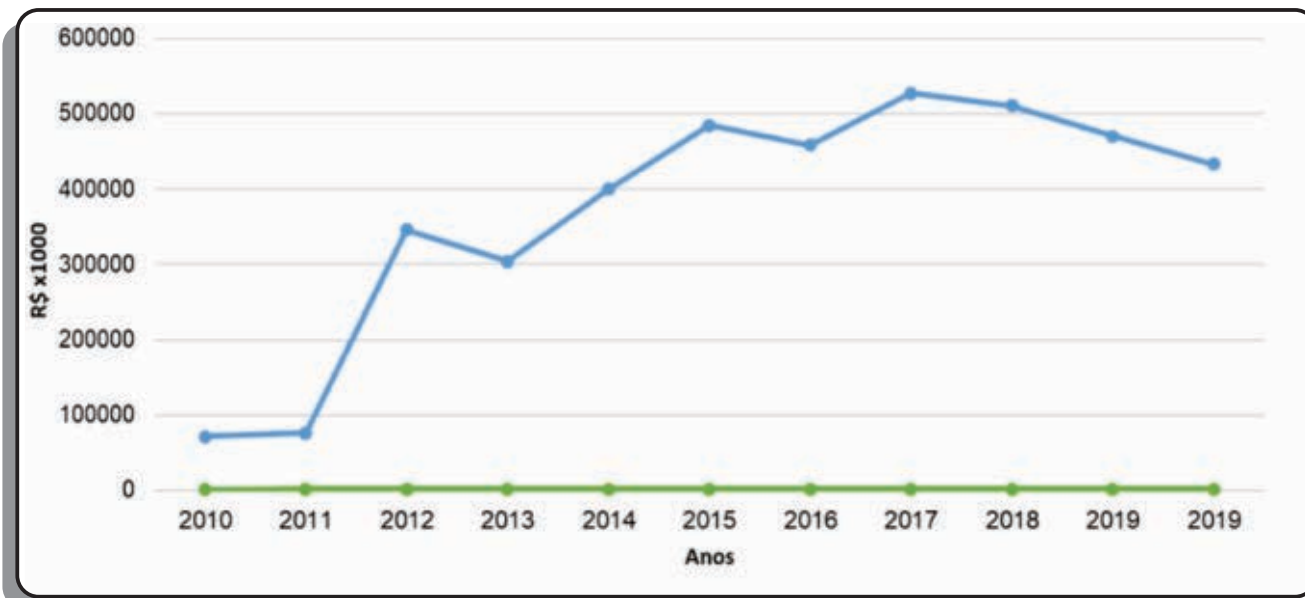
O extrativismo é dado à coleta e à comercialização de tucumã e das castanhas com potencial para a economia local. Há, ainda, atividades nos setores da agricultura, da pecuária e da criação de animais (PGFST, 2022). Quanto aos aspectos econômicos que caracterizam as comunidades, destacam-se a coleta de comercialização de tucumã e das castanhas com potencial para a economia local. Há, ainda, atividades nos setores da agricultura, da pecuária e da criação de animais (PGFST, 2022).

5.2 Terra Santa

O Produto Interno Bruto (PIB) de Terra Santa em 2020 foi de R\$ 433.192,49 milhões. Esse número é inferior ao do ano anterior: 470.503,14 milhões. Esse indicador apresenta tendência decrescente desde o ano de 2017 (Figura 08). O município ocupa a 71ª posição no conjunto dos 144 municípios no ranking estadual; isso representa apenas 2% do PIB do Pará em 2020 e 3,2% do PIB da Região de Integração do Baixo Amazonas. A Indústria contribuiu com 56% do PIB local. Esse setor foi seguido pela Administração Pública, que deteve uma parcela de aproximadamente 21% do PIB. O setor de serviços contribuiu com a parcela de 16% do PIB; com base no valor adicionado ao total. A agropecuária respondeu por 4,5% do PIB e os impostos, por 2,6% dele (IBGE, 2023).

No total, 42 dos estabelecimentos locais estão ligados ao setor de comércio e 13 ao de serviços. A Administração Pública responde pelo maior número de empregos formais, com 1.085 vínculos empregatícios contra 119 posições atuantes no ramo do comércio (FAPESPA, 2021). A composição da economia no município em questão, sem considerar a atividade da Administração pública, conta com indústria extrativa; atividades profissionais, científicas e técnicas; atividades imobiliárias; transporte, armazenagem e correio e construção civil.

Figura 08 - PIB a Preços Correntes do Município de Terra Santa (Série Histórica)



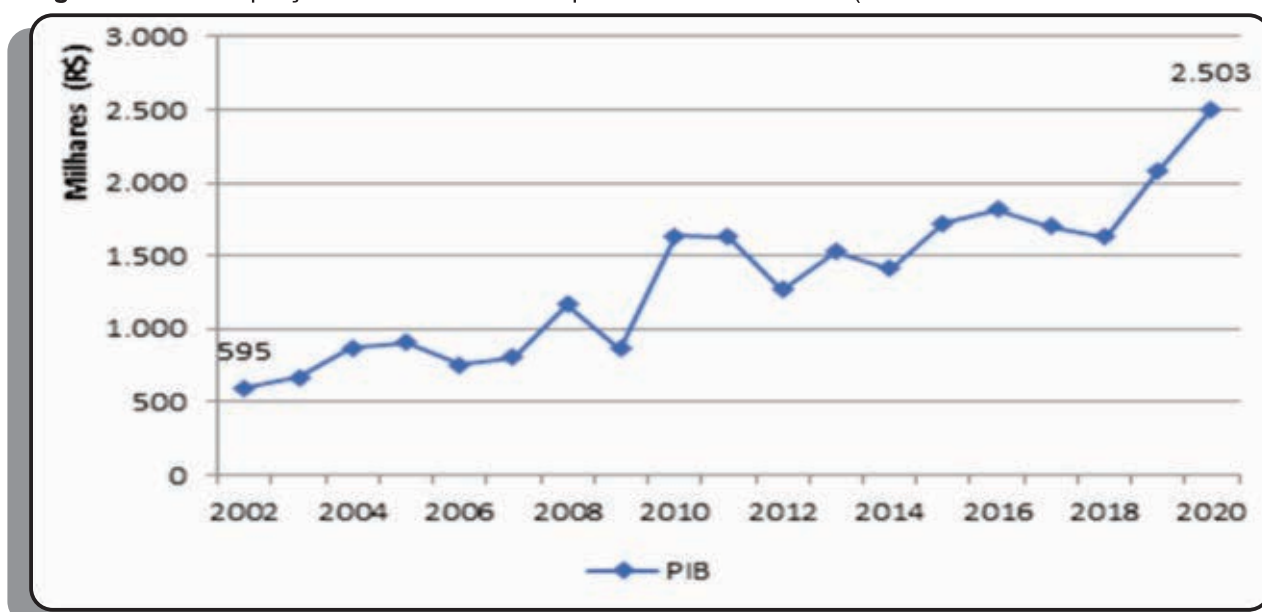
Fonte: IBGE, em parceria com Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. (Org.) Organizado pelos autores, 2023.

A extração de madeira é a atividade de maior potencial produtivo no município, segundo dados do IBGE. Em 2020, o município registrou 15.237 metros cúbicos de madeira colhida, o que equivale a um crescimento significativo (864%) entre 2010 e 2020 (FAPESPA, 2021). Ainda segundo dados do IBGE, outra atividade com potencial produtivo é a extração da castanha-do-pará. Em 2020, o município produziu 162 toneladas de castanha-do-pará e marcou crescimento de 107% na produção entre 2010 e 2020 (FAPESPA, 2021).

5.3 Oriximiná

O PIB de Oriximiná em 2021 foi de aproximadamente R\$ 2,2 bilhões e apresentou crescimento contínuo desde 2018 (Figura 09). Segundo IBGE (2021), o município ocupa a 15ª posição no conjunto dos 144 municípios que compõem o ranking estadual; ele representou apenas 1,16% do PIB do Pará em 2021 e respondeu pelo segundo maior PIB da Região de Integração do Baixo Amazonas: 18,33% do PIB da mesorregião. O PIB é distribuído entre os setores econômicos da seguinte forma: a Indústria é responsável por R\$ 949 milhões do PIB e isso corresponde a 41,68%. Esse valor foi seguido pelo do setor de Serviços, que contribuiu com R\$ 477 milhões (20,96%). A Administração Pública respondeu por R\$ 412 milhões (18,08%) do PIB, enquanto o setor primário (agricultura, pecuária e floresta) correspondeu a R\$ 312 milhões (13,69%) e os valores decorrentes de impostos e subsídios somaram R\$ 127 milhões, representando 5,59% do total (IBGE, 2021).

Figura 09 – PIB a preços correntes do município de Oriximiná - Pará (série histórica 2002-2020)



Fonte: IBGE, (2020). Organizado pelos autores, 2023.

Existem 470 empresas/outras organizações no município de Oriximiná que, juntas, geram 6.271 empregos formais. A subatividade que mais contribuiu para a geração de empregos é a Administração Pública, que responde por 33% dos empregos locais. Ela é seguida pela Indústria, com 30%, e pela Construção civil, que emprega 14%. Esse número é superior àquele do setor de Comércio/Serviços, o qual emprega 12% da mão de obra assalariada (FAPESPA, 2021). O setor com a maior participação na formação de Valor Adicionado do município é considerado o mais predominante em sua economia.

Em 2018, os setores que mais contribuíram para o PIB de Oriximiná foram a Indústria, que adicionou R\$ 549,8 milhões (33,8%) a ele; seguida pelo setor de Serviços, com R\$ 505,6 milhões do PIB (31,1%). A Administração Pública, que inclui atividades dos poderes municipal, estadual e federal, é responsável por R\$ 295,6 milhões (18,2%) do PIB e a Agropecuária, por R\$ 166,8 milhões (10,3%) dele (FAPESPA, 2021). As principais atividades econômicas em 2018 foram a Indústria Extrativa, o Transporte, a Armazenagem e o Correio, a Agricultura, as atividades profissionais, científicas e técnicas e as Atividades imobiliárias. Essas atividades foram responsáveis pela geração de Valor Adicionado do município, à exceção da Administração pública.

As atividades que mais contribuíram para a geração de Valor Adicionado no setor industrial em 2018 foram a Indústria Extrativa, especialmente a extração de minério de alumínio; a Construção civil e a Indústria de Transformação, com destaque para os segmentos de fabricação de conservas de frutas e de serrarias com desdobramento de madeira em bruto (FAPESPA, 2021). O município de Oriximiná é rico em produtos florestais, como a castanha-do-Brasil, o açaí, a borracha natural e os óleos vegetais, como o óleo de andiroba e o óleo de copaíba.

6. EIXOS TEMÁTICOS: LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES DA CONCESSÃO FLORESTAL

Este capítulo apresenta as dimensões (Quadro 12) da concessão florestal, no que tange a aplicação de recursos gerados por essa modalidade. Teve como referência a LGFP e a experiência adquirida por dois anos (2021 a 2023) de Projeto Saracá-Taquera. Os resultados apontam para potencialidades e limitações, como dimensões da concessão florestal.

Quadro 12- Potencialidades e limitações das dimensões da concessão florestal dos municípios de Faro, Terra Santa e Oriximiná -PA

Dimensões	Potencialidades	Limitações
Social	- Estímulo à participação comunitária nas decisões relativas à aplicação dos recursos da concessão florestal; - Incentivo à formação de associações e cooperativas; - Melhoria das condições básicas de vida.	- Baixa aderência social; - Ausência da cultura do cooperativismo e de associativismo; - Ausência de infraestrutura básica, como água potável e energia elétrica.
Econômica	- Fomento ao desenvolvimento econômico local; - Expansão do mercado consumidor de produtos florestais; - Tecnologia de processamentos de produtos florestais; - Valor agregado aos produtos da floresta; - Bioeconomia de produtos não madeireiros; - Estruturação de cadeias produtivas; Geração de emprego e renda.	- Pouco dinamismo econômico; - Distância dos principais polos de serviços e de comércio da região; - Ausência de infraestrutura logística; - Ausência de tecnologias de processamento; - Cadeias produtivas desestruturadas; - Baixa demanda de produtos não-madeireiros Ausência de certificações e de rastreabilidade de produtos florestais; - Ausência de canais comerciais; - Ausência de assistência técnica; - Baixa oferta de crédito rural; - Baixa qualificação e capacitação profissional.
Ambiental	- Proteção da floresta; - Mitigação dos impactos socioambientais; - Fortalecimento do Conselho Municipal de Meio Ambiente; - Fortalecimento da Gestão Ambiental local.	- Baixa presença dos órgãos de fiscalização e de controle na área de floresta; - Exploração ilegal de recursos florestais; - Baixo interesse social em compor voluntariamente instâncias deliberativas; - Rotatividade de gestores nas secretarias municipais de meio ambiente.
Político-Institucional	- Cooperação entre as esferas de governo; - Parcerias com instituições de ensino e de pesquisa; - Fiscalização e controle dos contratos de concessão.	- Baixa articulação entre a esfera municipal e a federal; e as entidades sociais e comerciais. - Incipientes acordos de cooperação técnica entre prefeitura e instituições públicas de ensino superior; - Inexistência de postos físicos de órgãos de fiscalização e de proteção das florestas.
Territorial	- Auxiliar na mitigação de conflitos por terra; - Colaborar com a conclusão do plano de manejo e de uso dos recursos da Flona Saracá-Taquera.	- Ausência de reforma agrária; - Ausência de plano de manejo e de uso dos recursos da Flona Saracá-Taquera.

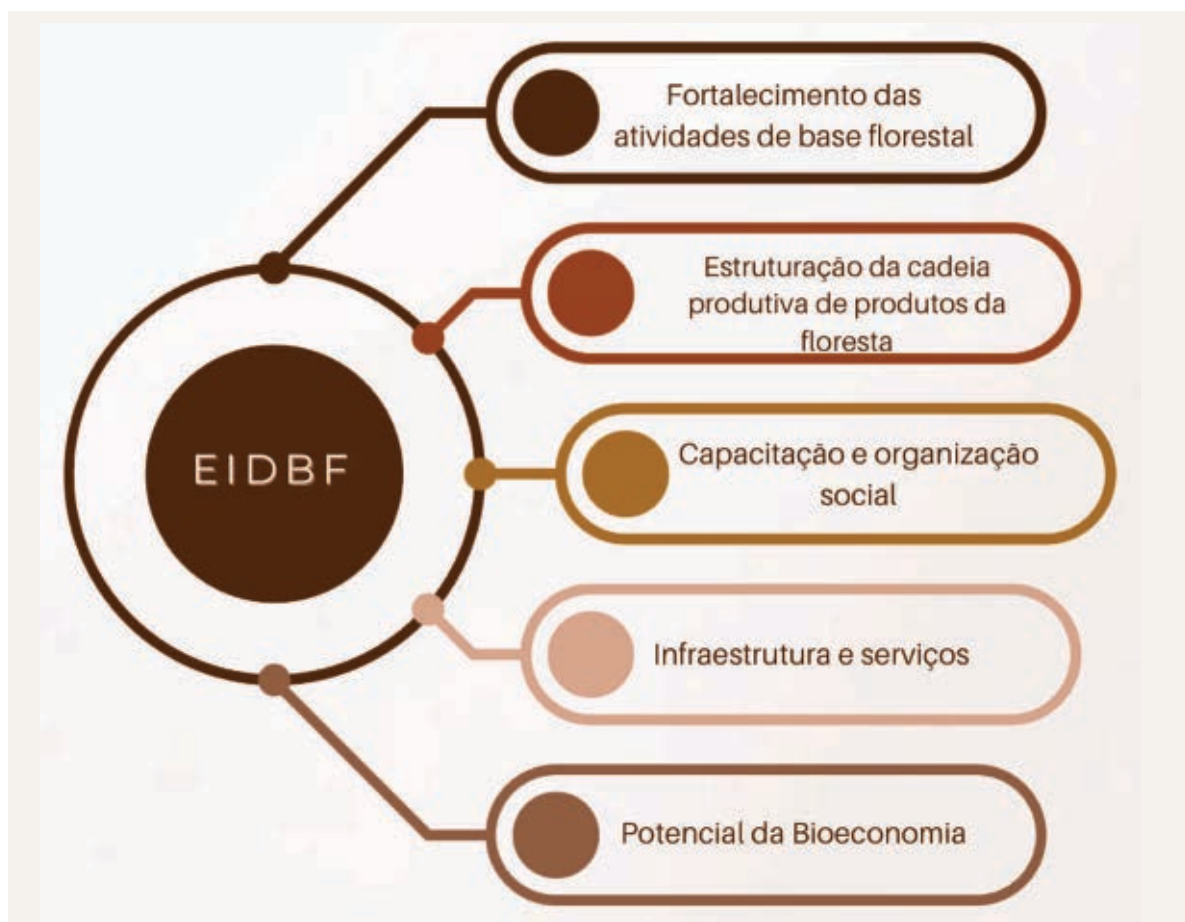
Fonte: Acervo do projeto de GFFST (2022).

Essas dimensões não esgotam os limites e as possibilidades do modelo de concessão de florestas públicas, definida no Brasil na Lei Federal nº 11.284, de 02 de março de 2006, intitulada LGFP. Muito mais que um instrumento de gestão e de ordenamento econômico para o uso de recursos florestais, a LGFP foi pensada para promover benefícios sociais, econômicos e ambientais para a toda sociedade, sobretudo para estados, municípios e comunidades, as quais as concessões florestais estão ligadas.

7. MATRIZ DE OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS

Considerando as dimensões apresentadas anteriormente, cinco eixos estratégicos que subsidiarão a implementação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento, foram definidos (Figura 10):

Figura 10 - Eixos da Estratégia Integrada de Desenvolvimento para a Economia de Base Florestal (EIDBF) para o período de 2024 – 2027, nos municípios de Faro, Terra Santa e Oriximiná -PA



Fonte: Acervo do projeto GFFST (2023).

Essa proposta de eixos pode ser modificada ao longo dos anos, a depender dos avanços e dos retrocessos observados no território. Para tanto, sugere-se revisão da Estratégia Integrada de Desenvolvimento, a cada 04 anos, tornando-a, assim, mais dinâmica e atual. Anterior à apresentação da matriz operacional aqui proposta, é necessário detalhar os eixos estratégicos, a saber: ação, objetivos e estratégias (Quadros 13 a 17).

O eixo denominado Fortalecimento das atividades de base florestal (Quadro 12) trata da importância em identificar-se e de apoiar as atividades de base florestal (madeiras e não-madeiras) praticadas no território. Essa atividade necessita de melhor estruturação física, e de investimentos financeiros, para incrementar a produção, o conhecimento de tecnologias de baixo custo, a capacitação técnica, assim como para realizar estudos que possam identificar o potencial produtivo de cada área, de forma a melhorar a produção existente e/ou descobrir novas possibilidades.

Quadro 13 – Eixo 1 da matriz estratégica para os municípios de Faro, Terra Santa e Oriximiná (PA)

EIXO 1 - FORTALECIMENTO DE ATIVIDADES DE BASE FLORESTAL		
OBJETIVO	AÇÃO	ESTRATÉGIA
Consolidar as atividades econômicas, com foco em produtos e serviços florestais, com potencial produtivo e comercial, identificados nas localidades diretamente envolvidas, assim como nas demais áreas do município.	- Identificar as atividades de base florestal já exercidas pelos moradores locais; - Identificar as atividades de base florestal já exercidas no município; - Realizar um estudo de viabilidade econômica das atividades já realizadas pelos moradores locais e no município; - Apresentar um estudo técnico da área, identificando o potencial produtivo já exercido, assim como identificar possíveis novas atividades de base florestal com potencial na região e - Fazer um levantamento de equipamentos e instrumentos de trabalhos necessários para a execução das atividades identificadas.	- Mapear as atividades de base florestal junto aos moradores locais e das demais áreas do município; - Fazer um levantamento do quantitativo de produtos e serviços de base florestal ofertados pelos moradores locais, identificar os principais parceiros comerciais, elaborar projeto de viabilidade econômica, com base nas informações encontradas; - Conhecer a região onde são realizadas as atividades econômicas da área produtiva, do solo, do clima, dentre outros; identificar as vantagens e desvantagens das atividades exercidas nas localidades e; - Criar um projeto de infraestrutura para a execução das atividades econômicas locais que contribua para um produto/serviço de boa qualidade e para o retorno econômico.

Fonte: Acervo do projetode GFFST (2022).

O eixo Estruturação da cadeia produtiva de produtos da floresta (Quadro 14), aborda, principalmente, as atividades extrativistas que já são conhecidas no mercado local, regional e nacional, mas que ainda não são comercializadas de forma sistemática. Ou seja, visa possibilitar o controle da qualidade do produto bem como sua chegada com qualidade e preço justo, ao consumidor final.

Esse eixo apresenta estratégias de verticalização das cadeias produtivas identificadas. As temáticas que podem ser direcionadas a esse eixo relacionam-se a) ao manejo sustentável e silvicultura, b) ao zoneamento e aos licenciamentos para comunitários, c) à colheita e logística, d) ao processamento de produtos florestais, e) à gestão de resíduos, f) à rastreabilidade, g) à certificação, h) à pesquisa e ao

desenvolvimento i) dentre outros. A execução dessas atividades deve incluir comunitários e povos tradicionais, respeitar sua vivência com a floresta, seu conhecimento tradicional em associação com o conhecimento técnico-científico, considerar a sustentabilidade ambiental e os meios necessários para minimizar seus efeitos ao promover a conservação da biodiversidade local.

Quadro 14 - Eixo 2 da matriz estratégica para os municípios de Faro, Terra Santa e Oriximiná -PA

EIXO 2 - ESTRUTURAÇÃO DA CADEIRA PRODUTIVA DE PRODUTOS DA FLORESTA

OBJETIVO	AÇÃO	ESTRATÉGIA
Fomentar a implantação de cooperativas de beneficiamento de produtos de base florestal.	- Atender as demandas das comunidades beneficiadas com recursos da concessão florestal; - Incentivar a implementação de cooperativas e associações.	- Realizar oficinas e minicursos preparatórios para o cooperativismo e o associativismo; - Realizar palestras com o tema "inclusão socioprodutiva de produtores da floresta em uma perspectiva coletiva" e temas afins; - Assessorar e acompanhar a formação dos grupos para a implementação de cooperativas e /ou associações; - Organizar formações específicas para os grupos que formarão cooperativas e/ou associações.
Criar espaços para a comercialização de produtos das comunidades.	- Organizar os comunitários para a comercialização de produtos de base florestal; - Realizar feiras mensais para a divulgação e a comercialização dos produtos das comunidades.	- Discutir com os comunitários a logística para a organização dos espaços de comercialização; - Envolver comunitários, empresários locais, secretarias municipais e conselho municipal de meio ambiente no planejamento das feiras.
Realizar pesquisas sobre a cadeia produtiva de produtos da floresta, como Castanha-do-pará e Tucumã na região.	Construir um diagnóstico sobre a cadeia produtiva do Tucumã e da Castanha-do-pará na região da Flona de Saracá-Taquera.	- Buscar parcerias com instituições de pesquisa; - Realizar pesquisa in loco para levantamento de informações sobre a cadeia produtiva do Tucumã e da Castanha-do-pará.
Estruturar a cadeia produtiva dos produtos e serviços florestais já realizados pelos comunitários e demais entidades e produtores do município, relacionados às atividades de base florestal.	- Identificar os produtos e serviços de base florestal da localidade; - Conhecer o atual modelo de produção/serviço, identificando as vantagens e desvantagens do processo, aplicando um estudo de viabilidade econômica, ambiental e social; - Conhecer as legislações e regulamentações relacionadas; - Estabelecer a infraestrutura necessária para a realização das atividades; - Estabelecer processo logístico; - Criar medidas de processamento, de transformação e de acondicionamento; - Definir padrões de qualidade, de certificação e de rastreabilidade dos produtos florestais e - Estabelecer canais de comercialização e parcerias com entidades públicas e privadas.	- Mapear produtos/serviços ofertados em cada localidade por meio de visitação e de entrevistas com a mão de obra local; - Observar in loco a cadeia produtiva atual, analisando demandas de mercado e de comercialização; - Realizar estudo de viabilidade econômica, ambiental e social, com base nas informações socioeconômicas locais, por meio de dados primários e secundários, fazendo o levantamento dos custos de operação e identificando lucros potenciais; - Conhecer e cumprir todas as legislações e regulamentações ambientais, relacionadas à atividade proposta; - Realizar levantamento da infraestrutura necessária para a realização das atividades, elencando os itens de equipamentos e de instrumentos necessários; - Criar mapa de rotas viáveis; - Criar manual estabelecendo as diretrizes necessárias para o processamento, transformação e acondicionamento dos produtos florestais, com base nas regulamentações vigentes de proteção do operador e de questões sanitárias; - Elaborar manual que apresente os procedimentos necessários que garantam a qualidade final do produto, a fim de agregar valor a ele; - Buscar certificações com a finalidade de agregar valor aos produtos; - Criar um sistema de rastreabilidade de produtos de base florestal que atribua credibilidade à procedência e à qualidade do produto, e; - Desenvolver estratégias de marketing e formar canais de comercialização e de parcerias.

Fonte: Acervo do projeto de GFFST (2022).

O eixo Capacitação, organização social e Governança (Quadro 15) ressalta a necessidade constante de uma política de capacitação para produtores locais, para membros dos conselhos municipais de meio ambiente, para técnicos das secretarias (estaduais e municipais) de meio ambiente e para a população local como um todo, com foco na organização por meio do cooperativismo, incentivo ao empreendedorismo social e ao manejo comunitário. Esse eixo permite, ainda, a compreensão de que a autonomia dos atores como coletivo dá significado às decisões tanto no campo da atividade produtiva quanto na própria organização social, à medida que contribui para o surgimento de uma rede de conhecimentos que tem efeito multiplicador e beneficiará o desenvolvimento do território ao garantir a governança local do uso dos recursos florestais.

Quadro 15 - Eixo 3 da matriz estratégica para os municípios de Faro, Terra Santa e Oriximiná (PA)

EIXO 3 – CAPACITAÇÃO, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E GOVERNANÇA		
OBJETIVO	AÇÃO	ESTRATÉGIA
Fomentar a implantação de cooperativas de beneficiamento de produtos de base florestal.	Fomentar a implantação ou a capacitação de cooperativas de beneficiamento de produtos de base florestal	Promover cursos de capacitação para os atores ligados diretamente à atividade produtiva em áreas relacionadas, como: - Cooperativismo; - Empreendedorismo social; - Manejo florestal sustentável; - Processamento de produtos florestais; - Manejo de recursos não madeireiros; - Ecoturismo; - Prevenção e combate a incêndios florestais; - Tecnologias sustentáveis; - Certificação e normas de qualidade dentre outros relacionados.
	Capacitar associações, cooperativas, servidores públicos e demais entidades que atuam em atividades de base florestal	Promover cursos de capacitação administrativa e organizacional com temáticas relacionadas à/ao: - Gestão de projetos; Gestão financeira; Gestão de recursos humanos; - Marketing e comercialização; - Gestão ambiental; - Empreendedorismo social; - Organização comunitária; - Planejamento estratégico e Liderança, e tomadas de decisões. - Capacitação em liderança comunitária; - Mediação de conflitos; - Gestão de projetos sociais; - Desenvolvimento de habilidades de comunicação; - Direitos humanos e cidadania; - Planejamento e desenvolvimento comunitário; - Mediação comunitária; - Mediação de conflitos políticos e de conflitos ideológicos; - Diplomação e negociação política; - Comunicação interpública; Construção de consenso em política; - Mediação em contextos multiculturais.

Fonte: Acervo do projetode GFFST (2022).

O eixo Infraestrutura e serviços (Quadro 16) trata da implementação de infraestrutura básica nas comunidades presentes no território, o que diz respeito ao acesso à água potável, eletricidade, reforma agrária, comunicação, documentações pessoais, escolas, barracões comunitários, condições de trafegabilidade das estradas vicinais dentre outros. Esses itens de infraestrutura básica podem melhorar a autoestima dessas comunidades e fortalecer sua identidade. A cooperação federativa é fundamental para a estruturação das comunidades que, em sua maioria, não dispõem de um microsistema de abastecimento de água.

Quadro 16 - Eixo 4 da matriz estratégica para os municípios de Faro, Terra Santa e Oriximiná (PA)

EIXO 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS		
OBJETIVO	AÇÃO	ESTRATÉGIA
Melhorar as condições de abastecimento e a qualidade da água potável nas comunidades	Ampliar o acesso à água potável	- Melhorar a eficiência energética das bombas de poços artesianos das comunidades locais, substituindo as unidades alimentadas à diesel por painéis solares; - Ampliar a rede de água potável; - Capacitar comunitários para realizar manutenções contínuas no sistema de abastecimento de água.
Ampliar o acesso à energia elétrica, através de fontes alternativas	Concer e/ou substituir kits de painéis solares para fins residenciais e comerciais	- Capacitar comunitários com a finalidade de solucionar problemas locais e de fazer manutenções contínuas nos equipamentos; - Angariar subsídios e incentivos com a finalidade de expandir os serviços para um maior número de residentes, considerando renda e área remota.

Fonte: Acervo do projetode GFFST (2022).

O eixo Potencial da Bioeconomia (Quadro 17) discorre sobre ações que irão articular os eixos anteriores, de modo a desenvolver uma economia pautada na conservação da floresta e no fomento de cadeias produtivas sustentáveis baseadas no manejo e no cultivo da biodiversidade, agregando valor aos produtos de acordo com a perspectiva regional. Além dos pontos relacionados à sustentabilidade ambiental, esse eixo aborda aspectos como diversificação econômica, inovação tecnológica e social, segurança alimentar, saúde e bem-estar, conservação de biodiversidade, desenvolvimento rural entre outros.

O eixo potencial da bioeconomia, no âmbito da presente Estratégia, tem por finalidade auxiliar na consolidação de um modelo de desenvolvimento econômico inclusivo, justo e com proteção da sociobiodiversidade no Estado do Pará. Considera-se como bioeconomia:

[...] uma oportunidade de desenvolvimento socioeconômico, que contempla a produção de baixo carbono; apresentada com a finalidade de promover, a partir de soluções baseadas na natureza, a viabilidade à transição para uma economia diversificada, justa e inclusiva; capaz de criar e/ou melhorar processos produtivos locais e da socio biodiversidade, a partir do alinhamento da ciência, tecnologia e inovação à economia local; e que garanta segurança ao patrimônio genético, valorização dos conhecimentos tradicionais e da cultura dos povos indígenas, quilombolas e comunidades locais e benefícios sociais, econômicos e ambientais para toda a população paraense (PARÁ, p.23).

Quadro 17 – Eixo 5 da matriz estratégica para os municípios de Faro, Terra Santa e Oriximiná (PA)

EIXO 5 – POTENCIAL DA BIOECONOMIA

OBJETIVO	AÇÃO	ESTRATÉGIA
Agregar valor aos produtos florestais madeireiros e não madeireiros, visando o fortalecimento das cadeias produtivas.	- Estruturar a cadeia de produtos de base florestal; - Propor a criação de marcas coletivas para os produtos; - Assistência técnica em manejo florestal sustentável.	- Realizar estudos de viabilidade econômica; - Promover cursos de capacitação de manipulação, de processamento e de conservação de alimentos; - Adequar a infraestrutura existente de beneficiamento de produtos não madeireiros.
Implantar uma central de coleta e de beneficiamento de sementes	- Produzir mudas de espécies florestais nativas; - Proporcionar oportunidades de trabalho para os comunitários.	- Oferecer cursos de capacitação em produção de mudas nativas, viveiricultura, botânica, com ênfase em identificação de espécies, restauração ecológica, manejo de viveiros, sustentabilidade em reflorestamento dentre outros; - Instalar viveiros, áreas de sombreamento, canteiros de cultivo, estrutura de germinação, sistema de irrigação, armazenamento dentre outros; - Adquirir equipamentos para a prática de produção de mudas, como ferramentas de plantio, vasos, equipamentos de medição, equipamentos de mistura e preparo de substratos, transporte dentre outros.
Fomentar atividades de pesca artesanal	- Aumentar a produção local; - Abranger um maior número de mão de obra local; e, - Fortalecer os produtores locais que já trabalham nesta atividade.	- Estudar a viabilidade econômica; - Oferecer cursos de capacitação voltados para atividades de pesca artesanal, como segurança na pesca, gestão de recursos pesqueiros, conservação e processamento de pescado, aquicultura, direito dos pescadores e comunidades tradicionais dentre outros; - Oferecer equipamentos para a prática de pesca artesanal, como varas, anzóis, linhas, baldes e recipientes, ferramentas de corte, equipamento de medição dentre outros; e, - Oferecer infraestrutura adequada para o armazenamento e processamento de pescado, contendo infraestrutura elétrica e sanitária com câmaras frias, bancadas de processamento, máquinas de limpeza, seladores/embalagens, equipamentos de medição dentre outros.
Fomentar atividades de pesca artesanal Incentivar a implantação por parte dos comunitários de Sistemas Agroflorestais (SAFs).	- Substituir monocultivos de baixa produtividade; - Garantir a segurança alimentar; - Restaurar áreas agrícolas degradadas; - Gerar renda para o agricultor familiar.	- Distribuição de mudas frutíferas, nativas, diversas; - Firmar parceria técnica com a Embrapa e com outros órgãos que prestam serviços de assistência técnica e extensão rural; - Buscar apoio logístico para o escoamento da produção.

Fonte: Acervo do projetode GFFST (2022).

Nos quadros de 13 a 17 apresentou-se, de modo propositivo, objetivos, ações e estratégias, que visam contribuir com o desenvolvimento das atividades econômicas realizadas nas comunidades situadas no entorno da Flona de Saracá-Taquera dos municípios de Faro, Terra Santa e Oriximiná, que perpassam tanto pela consolidação de cadeias já existentes quanto pelo fomento à novas práticas mais sustentáveis.

8. CAMPOS DE AÇÃO E PROPOSTAS PARA NOVAS AÇÕES

As estratégias delineadas nas matrizes de ações e objetivos dos municípios de Faro, Terra Santa e Oriximiná, foram organizadas em 07 (sete) eixos, identificados nos campos de atuação que podem ser trabalhados visando consolidar uma economia de base florestal nesses territórios (Quadro 18).

Quadro 18 - Campos de ação para o desenvolvimento e fortalecimento de uma economia de base florestal

CAMPOS	ASPECTOS GERAIS
I- Cooperação Política e Institucional	Corresponde ao estabelecimento de parcerias entres as esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal) e interinstitucionais, com foco na elaboração e no fomento de programas e projetos voltados à economia de base florestal.
II-Produção, organização e publicização do conhecimento	Produzir conhecimento, bem como sua sistematização, é fundamental para o sucesso de qualquer empreendimento, pois é possível formar banco de dados, elaborar diagnósticos, definir parâmetros e variáveis para produção de cenários, monitorar projetos e analisar mudanças de uso e de cobertura da terra. Também, possibilita solucionar conflitos identificados no território e definir noite as melhores ações de enfretamento, que podem auxiliar a administração pública municipal em outros aspectos do território.
III-Formação e Capacitação	Ofertar cursos em nível técnico e de extensão para a formação de capital social com capacidade não somente técnica, mas política, fato que terá impacto positivo no território. Ainda permitirá o empoderamento e a qualificação dos comunitários, bem como dará acesso à informação e ao conhecimento.
IV-Assistência técnica rural e em manejo florestal	Ponto fundamental para o desenvolvimento sustentável, aliando boas práticas de produção agrícola em áreas antropizadas, consorciadas à conservação da floresta, permitirá aos pequenos agricultores produzir alimentos para subsistência e comercialização sem desmatamento, de forma ecologicamente correta.
V-Assessoria em Gestão Empreendedora	Desenvolver uma cultura empreendedora possibilitará aos estabelecimentos que trabalhem com recursos florestais a gestão e definição do melhor modelo de negócios para o empreendimento e a busca por autonomia financeira, somados a isso, e, consequentemente, a estruturação da cadeia produtiva de produtos florestais.
VI-Infraestrutura para produção e beneficiamento de produtos de base florestal	Tão necessárias quanto a formação de capital social, são as instalações apropriadas para produção e beneficiamento de produtos madeireiros e não-madeireiros, o que inclui o acesso à água potável e energia elétrica.
VII-Formação de uma Rede de Cooperativas e de Associações	A formação de uma rede de cooperativas e de associações, não só no município, mas na região do Baixo Amazonas do Estado do Pará, que desenvolvam atividades de base florestal, permitirá a troca de experiências entre elas e seu fortalecimento, sobretudo no que tange a apresentação de demandas e de apoio (político e financeiro) de forma coletiva.

Fonte: Organizado pelos autores, 2024.

8.1 Proposta de novas ações para os territórios da Flona Saracá Taquera

Considerando o levantamento das potencialidades e das demandas dos municípios, recomenda-se implementar projetos para os territórios, com foco no fortalecimento da economia de base florestal sustentável comunitária (Quadro 19, 20, 21).

Quadro 19 - Proposta de novas ações para o fortalecimento da economia de base florestal do município de Faro

Qtd.	PROPOSTA DE NOVAS AÇÕES
1	Produção de um projeto de infraestrutura e de viabilidade econômica para as atividades de base florestal no município.
2	Implantação de cooperativas de beneficiamento de castanha do Brasil e de Tucumã.
3	Incentivar feiras para divulgação e comercialização dos produtos das comunidades.
4	Capacitação técnica sobre manejo florestal comunitário; manejo participativo de produtos florestais não madeireiros; tecnologias sociais sustentáveis e normas de qualidade.
5	Encontros participativos para a organização de oficinas preparatórias com o tema: Cooperativismo e associativismo: perspectiva coletiva para inclusão socioprodutiva de produtores da floresta.
6	Assessoramento e acompanhamento dos grupos para a implementação de cooperativas e /ou associações de produtores da floresta com foco no fortalecimento das atividades produtivas locais, por meio da realização de encontros e palestras para inserir os atores nas discussões sobre empreendedorismo social, liderança comunitária, desenvolvimento de habilidades de comunicação e mediação de conflitos.
7	Assessoramento e acompanhamento no planejamento e gestão de cooperativa/associação nas áreas de Gestão Financeira para cooperativas; Comercialização e Mercados; Tecnologias Sociais como ferramenta para o desenvolvimento de cooperativas e associações; Contabilidade para cooperativas e Elaboração e Gestão de projetos.
8	Fortalecimento das atividades produtivas de produtos de base florestal não madeireiros, por meio da adequação de infraestrutura em energia elétrica, água potável, saneamento, estrutura de casas de farinha, aquisição de maquinários para a diversificação de produtos da mandioca, frutas e criação de animais domésticos.

Fonte: Organizado pelos autores, 2024.

Quadro 20 - Proposta de novas ações para o fortalecimento da economia de florestal do município de Terra Santa

Qtd.	PROPOSTA DE NOVAS AÇÕES
1	Elaboração de um Programa de Formação e Capacitação, focado no manejo e nas boas práticas em manipulação e beneficiamento de produtos florestais (madeireiros e não-madeireiros).
2	Assessoramento aos empreendimentos comunitários que já desenvolvam atividades de base florestal, a exemplo da Cooperativa Agroextrativista de Urubuting
3	Elaboração de um projeto de incentivo à implementação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) como forma potencializar o uso da terra, conciliando a preservação ambiental com a produção de alimentos, conservando o solo e diminuindo a pressão pelo uso da terra para a produção agrícola.
4	Formação de uma Rede de Cooperativas e de Associações do Município de Terra Santa;
5	Desenvolvimento de um banco de dados socioespacial do município, visando monitorar o uso e a cobertura da terra, para fins de controle do desmatamento e de queimadas e de manutenção da cobertura florestal.
6	Empoderamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente, através do fortalecimento dos instrumentos de governança e de transparência para o controle social do uso e da aplicação dos recursos da concessão florestal.

Fonte: Organizado pelos autores, 2024.

Trata-se de propostas que apontam para o fortalecimento da economia de base florestal nos municípios em questão a partir dos recursos da concessão florestal. Para tanto, o estabelecimento de cooperação institucional entre SFB e Ufopa é o primeiro passo para que essa meta seja alcançada, já que para serem bem-sucedidas as estratégias apresentadas devem envolver outras instituições, sejam elas públicas ou privadas, bem como e, principalmente, a população local.

Quadro 21 - Proposta de novas ações para o fortalecimento da economia de base florestal em Oriximiná-PA

Qtd.	PROPOSTA DE NOVAS AÇÕES
1	Melhorar a infraestrutura e a viabilidade econômica de empreendimentos locais que atuem na cadeia de comercialização de produtos florestais não madeireiros.
2	Incentivo à formação de cooperativas e outras formas de organização que desejam atuar no ciclo de comercialização de produtos florestais não madeireiros
3	Capacitação e assessoria técnica de manejo florestal comunitário para empreendimentos locais.
4	Capacitação e assessoria técnica-administrativa e comercial relacionada à gestão de empreendimentos de produtos de base florestal para empreendimentos locais.
5	Capacitação e assessoria organizacional e técnica-administrativa à SEMMA e aos demais Órgãos Estaduais e Municipais (COMDEMA) relacionados à temática florestal e ao meio ambiente, visando aprimorar os serviços prestados pelas instituições relacionadas.
6	Melhorias na infraestrutura e na viabilidade econômica para implementar a agroindústria de polpas de frutas, visando os frutos coletados na localidade.
7	Implantar uma central de coleta, de beneficiamento e de armazenamento de sementes para comercialização.
8	Implantar uma central de coleta, de beneficiamento e de armazenamento de frutos coletados para abastecimento de agroindústria de polpas de fruta
9	Reprodução de mudas de espécies nativas.
10	Reprodução de mudas de espécies frutíferas em áreas de assentamento, para fins de abastecimento da agroindústria de polpa de frutas.

Fonte: Organizado pelos autores, 2024.

8.2 Temas de interesse nos territórios da Flona Saracá-Taquera

Os temas de interesse nos territórios da Flona Saracá-Taquera (Quadro 22), quanto ao fortalecimento da economia de base florestal dos municípios do entorno da Flona, resultou das experiências de mais de dois anos de estudo no âmbito do projeto de extensão “Gestão de Florestas na Flona de Saracá-Taquera”.

Quadro 22 – Temas de interesse para o fortalecimento da economia de base florestal dos municípios do entorno da Flona Saracá Taquera

MUNICÍPIO	TEMAS DE INTERESSE
FARO	Instalação de indústria de beneficiamento da castanha e do tucumã.
	Incentivo à formação de cooperativas e outras formas de organização que desejam atuar no ciclo de comercialização de produtos florestais não madeireiros
	Capacitação e assessoria técnica de manejo florestal comunitário para empreendimentos locais.
	Capacitação e assessoria técnica-administrativa e comercial relacionada à gestão de empreendimentos de produtos de base florestal para empreendimentos locais.
	Capacitação e assessoria organizacional e técnica-administrativa à SEMMA e aos demais Órgãos Estaduais e Municipais (COMDEMA) relacionados à temática florestal e ao meio ambiente, visando aprimorar os serviços prestados pelas instituições relacionadas.
	Melhorias na infraestrutura e na viabilidade econômica para implementar a agroindústria de polpas de frutas, visando os frutos coletados na localidade.
	Implantar uma central de coleta, de beneficiamento e de armazenamento de sementes para comercialização
	Implantar uma central de coleta, de beneficiamento e de armazenamento de frutos coletados para abastecimento de agroindústria de polpas de fruta
	Reprodução de mudas de espécies nativas.
TERRA SANTA	Reprodução de mudas de espécies frutíferas em áreas de assentamento, para fins de abastecimento da agroindústria de polpa de frutas.
	Estruturação e fortalecimento da cadeia de valor da castanha e do tucumã, principalmente, em nível municipal e estadual.
	Assistência Técnica Rural para agricultura familiar e para orientação quanto à implementação SAFs.
	Melhorias da trafegabilidade nas estradas de acesso às comunidades, sobretudo no período chuvoso.
	Implementação de escolas de ensino básico nas próprias comunidades.
	Elaboração do Plano de uso dos recursos florestais para as comunidades situadas no entorno da Flona Saracá-Taquera.
	Acesso à Energia elétrica de qualidade, que possibilite a implementação de indústrias de beneficiamento de produtos florestais não-madeireiros, como polpa de frutas.

	Acesso à Energia elétrica de qualidade, que possibilite a implementação de indústrias de beneficiamento de produtos florestais não-madeireiros, como polpa de frutas.
	Acesso à saúde básica com a construção de UBS nas comunidades.
	Maior diálogo entre as concessionárias atuantes no âmbito da Flona Saracá-Taquera e as comunidades do seu entorno.
ORIXIMINÁ	Regularização fundiária, principalmente, nas comunidades que possuem conflitos territoriais relacionados ao acesso e ao uso dos recursos florestais, como Jamary e Uxi.
	Fomento ao crédito ao empreendedorismo voltado às atividades de base florestal.
	Potencializar atividades relacionadas à cadeia da castanha-do-pará e do Cumaru, já praticadas nas comunidades.
	Potencializar atividades relacionadas à coleta de frutos (açaí, bacaba, patauá, cupuaçu, piquiá dentre outros) com potencial econômico para estabelecer uma agroindústria de polpa de frutas.
	Ampliação na rede de abastecimento de água potável.
	Ampliação na distribuição de rede elétricas residenciais para empreendimentos locais.
	Implementação e melhoria de vias de acesso terrestre entre as comunidades, para melhorar do transporte de pessoas e de produtos.
	Ampliação da rede de ensino municipal e implementação de ensino médio estadual nas comunidades.
	Implementação de infraestrutura para redes de telecomunicação.
	Implementação/ampliação de atendimento aos serviços de saúde, por meio de unidades localizadas nas comunidades e também por unidades móveis fluviais.
	Implementação de SAFs para fornecer suporte técnico e capacitação, considerando atividades já desenvolvidas nas comunidades.
	Estabelecer um Plano de Uso voltado para as atividades econômicas a serem desenvolvidas pelos moradores locais.
	Incentivo fiscal para comerciantes de produtos e de serviços florestais.
	Incentivo à formação de cooperativas e a outras formas de organização comercial formadas por produtores tradicionais locais.

Fonte: Acervo do projeto de GFFST (2022).

9. Gestão, Acompanhamento e Monitoramento

Ações relevantes na presente proposta são acompanhar e monitorar, pois não basta ter um bom plano se não há instrumentos que possibilitem avaliar o desempenho do mesmo no concernente a sua implementação e quanto aos resultados esperados se estão sendo alcançados. Para tanto, torna-se imprescindível desenvolver atividades focadas na produção, no registro, no acompanhamento e na análise das informações geradas para subsidiar a tomada de decisões acerca dos esforços necessários para aprimorar as ações (SOUZA, 2013). Segundo SOUZA (2013), o monitoramento objetiva subsidiar a gestão [...] com informações tempestivas, simples e em quantidade adequada para a tomada de decisão. Ainda conforme o autor, é necessário que os indicadores sejam coletados e calculados com periodicidade, possibilitando que gestores possam reagir dentro do ciclo de execução da ação. Desse modo, é fundamental a participação de todos os atores envolvidos nesse processo. Assim, sugere-se a construção de uma agenda de trabalho sob responsabilidade do conselho municipal de meio ambiente com o apoio administrativo da secretaria municipal de meio ambiente para a realização de encontros participativos a cada 02 (dois) anos. E, paralelo a isso, os órgãos de proteção e de monitoramento da floresta, tanto da esfera federal quanto estadual, devem tomar ações de fiscalização para combater o uso ilegal dos recursos florestais. Complementar a isso, pode-se implementar um banco de dados geoespacial que permita a visualização da situação espacial das comunidades nos municípios de Faro, Terra Santa e Oriximiná e dos resultados obtidos em cada uma dessas comunidades, observando as metas e estratégias delineadas no presente documento.

Nesse contexto, destaca-se ainda a importância da Gestão de Conflitos para a promoção da cooperação e do entendimento mútuo entre as partes interessadas, sendo fundamental para que se obtenha acordos alinhados aos objetivos do plano e às necessidades locais. Essa Gestão de Conflitos sugere a criação de um centro de mediação dedicado, de um ambiente neutro que proporcione espaço para negociação e entendimento entre as partes. Paralelamente, o foco é a redução de conflitos interpessoais, interinstitucionais e intracomunitários, fomentando um ambiente de diálogo aberto e respeitoso. Workshops, treinamentos e atividades de conscientização capacitam os envolvidos a lidar construtivamente com divergências. Um plano de comunicação eficaz é crucial para disseminar informações claras sobre o plano citado acima, sobre suas estratégias e seus resultados, fortalecendo a compreensão mútua. Os quatro pilares estratégicos, como a Gestão Florestal, Acompanhamento, Monitoramento e Gestão de Conflitos, entrelaçam-se para viabilizar a coexistência que harmoniza conservação e uso sustentável e sugere ações específicas e direcionadas, almejando transformar a aspiração de coexistência sustentável em uma realidade duradoura e próspera.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V; BRAGA, C.; MORELLI, G. Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília: Sebrae, 2004.

BRASIL, Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF. Brasília, 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11284.htm Acesso em 22 de dez. 2022.

BRASIL. Governo Federal. Assinatura do Contrato com as Vencedoras – Saracá-Taquera Lote Sul. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, [data de publicação desconhecida]. Disponível em: < https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/servico-florestal-brasileiro/concessao-florestal/concessoes-florestais-em-andamento-1/extrato_dou_saraca_sul5.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

BRASIL. Lei n. 11.284, de 02 de março de 2006. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 mar. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11284.htm>. Acesso em: 17 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Concessões Florestais em Andamento. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/servico-florestal-brasileiro/concessao-florestal/concessoes-florestais-em-andamento-1>>. Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Floresta Nacional de Saracá-Taquera (2013) - Lote Sul/PA. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/servico-florestal-brasileiro/concessao-florestal/concessoes-florestais-em-andamento-1/floresta-nacional-de-saraca-taquera-2013-lote-sul-pa>>. Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Floresta Nacional de Saracá-Taquera (PA). Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/servico-florestal-brasileiro/concessao-florestal/concessoes-florestais-em-andamento-1/floresta-nacional-de-saraca-taquera-pa>>. Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Valores Arrecadados com Concessões Florestais. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/servico-florestal-brasileiro/concessao-florestal/valores-arrecadados>>. Acesso em: 29 ago. 2023.

DANTAS, E. M. C. Manifestações Culturais no Espaço Geográfico: O estudo do festival folclórico do município de Faro-PA. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Universidade do Estado do Amazonas, Parintins, 2018.

FAPESPA. FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS. Relatório PIB Municipal 2021. 5ª ed. Belém, 2023. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/contas-regionais/>. Acesso em 25 fev. 2024.

FARO. Lei Complementar nº 006 de 24 de outubro de 2017. Institui o Plano Diretor do município de Faro e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Faro. 2017. Disponível em: <https://faro.pa.gov.br/>. Acesso em 24 mai. 2023.

FLORES, S. S. Desenvolvimento territorial sustentável a partir dos territórios do vinho> o caso dos “vinhos da campanha”. Dissertação (Mestrado). Universidade FEDERAL DO Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS/PPGEA, 2011.

FLORES, S. S. Desenvolvimento territorial sustentável a partir dos territórios do vinho> o caso dos “vinhos da campanha”. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS/PPGEA, 2011.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA) Relatório PIB Municipal 2021. 5ª ed. Belém, 2023. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/contas-regionais/>. Acesso em 25 fev. 2024.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA). Perfis Econômicos Vocacionais dos Municípios Paraenses. Belém, 2021. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/pev-perfil-economico-vocacional-dos-municipios>. Acesso em 25 fev. 2024.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA). Perfis Econômicos Vocacionais dos Municípios Paraenses. Belém, 2021. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/pev-perfil-economico-vocacional-dos-municipios>. Acesso em 25 fev. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/faro/panorama>. Acesso em 14 out 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades (PIB). 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/oriximina/pesquisa/38/46996?ano=2021>. Acesso em 04 mar 2024.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produto Interno Bruto dos Municípios- Contas Nacionais e Regionais. Sistema IBGE de Recuperação Automática- SIDRA. 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 fev. 2024.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produto Interno Bruto dos Municípios- Contas Nacionais e Regionais. Sistema IBGE de Recuperação Automática- SIDRA. 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 fev. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. IBGE Cidades (população). 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/oriximina/panorama>. Acesso em 04 mar 2024.

MACIEL, F. B. Encontros no lugar e o lugar dos encontros: acontecimentos no ambiente e saúde com a Política De Desenvolvimento Regional no Médio Tapajós – Pa. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Amazonas. 2018.

NOBRE, C. A. et al. Nova Economia da Amazônia. São Paulo: WRI Brasil. Relatório. 2023 Disponível em <www.wribrasil.org.br/nova-economia-da-amazonia>. Acesso em: 17 jul 2023. <https://doi.org/10.46830/wrirpt.22.00034>

PARÁ. Governo do Estado do Pará. Plano estadual de bioeconomia do Pará - PlanBio Pará. 2023. Disponível em < https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/Plano-Estadual-V9_pg-simple-2-1.pdf>. Acesso em: 17 jul 2023.

SANTOS, Antônio José dos. Sistemas agroflorestais para a agricultura familiar na Amazônia: um estudo no município de Faro, Pará. Dissertação (Mestrado). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Campus Ijuí). Ijuí- RS, 2022. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br/items/06a1ba72-ece2-4448-b5d8-ad83823fb730>. Acesso em 26 de março de 2023.

SAQUET, M. A. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. Disponível em: <www.florestal.gov.br>. Acesso em: 17 fev. 2023.

SOUSA, Marconi Fernandes. Conceito Básico de Monitoramento e Avaliação. Slides curso de ambientação para servidores INEP. Julho, 2013. Disponível em <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/992/1/SOUSA%2C%20Marconi%20Fernandes%20%20Conceitos%20B%C3%AAsicos%20de%20Monitoramento%20e%20Avalia%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em 20 ago 2023.

TERRA SANTA. Prefeitura Municipal. Plano Diretor do Municipal: Lei nº 051/2006. Terra Santa (PA), 2006.

UFOPA. Universidade Federal do Oeste do Pará. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Oeste do Pará. Período de 2019 a 2023. Santarém, 2019. Disponível em <<https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proplan/documentos/2020/766ea1d5a36f6bde3acdc4b46199218e.pdf>>. Acesso em: 26/08/2023.



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA



Universidade Federal do Oeste do Pará
Instituto de Ciências da Sociedade
Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional
Projeto Gestão de Florestas na Flona de Saracá-Taquera
Rua Vera Paz, s/n (Unidade Tapajós) - Bloco Modular Tapajós- 3º andar/ Sala: 325
Bairro Salé | CEP 68040-255 | Santarém, Pará, Brasil
E-mail: projeto_saracataquera@hotmail.com

Serviço Florestal Brasileiro SCEN, Trecho 2, Bloco G. Brasília - DF | CEP: 70.818-900 - Brasil
UR Santarém - PA, Av. Tapajós, 2449 - Lagunho, Santarém - PA, 68041-148